

# **TERMINOLOGIA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL EM CABO VERDE**

**Evódia Gomes da Graça**

---

**Mestrado em Ciências da Linguagem  
Especialização em Lexicologia e Lexicografia**

**ABRIL DE 2010**




Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem – Especialização em Lexicologia e Lexicografia, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Rute Costa.

## DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

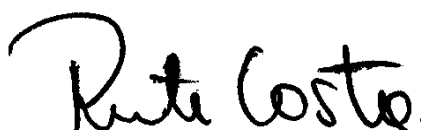


---

Lisboa, 25 de Abril de 2010

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,



---

Lisboa, 25 de Abril de 2010

*À minha família*

## AGRADECIMENTOS

É comum explicitar nos trabalhos deste género, o reconhecimento pelos que nos ajudaram no percurso da sua preparação, bem como das pessoas que sempre nos apoiaram directa ou indirectamente. Assim, deixo aqui um sincero agradecimento:

À professora Doutora Rute Costa, pelo rigor e profissionalismo na orientação do meu trabalho e pelas úteis sugestões. Obrigada por me fazer sentir mais segura quando o desânimo me quis abalar. Consigo aprendi que a serenidade e a paciência são a chave para a concretização dos nossos objectivos.

À professora Doutora Maria Teresa Lino, pelo encorajamento, pelas preciosas sugestões e pelos instrumentos teóricos fornecidos ao longo do mestrado que se revelaram muito pertinentes no presente trabalho.

Ao Juiz de Direito e amigo Ary Allison Santos pela validação de todos os conteúdos relacionados com a área do Direito Processual Civil e pelas preciosas sugestões.

Aos meus pais António e Hironidina pelo apoio incondicional. Obrigada por me terem apoiado, quando decidi que queria estudar num país estrangeiro. Foi a maior prova de confiança que me deram até hoje e serei eternamente grata. A distância insiste em separar - nos, mas estão sempre no meu coração.

Aos meus irmãos e a todos os meus familiares por me terem apoiado sempre. Agradeço de forma muito especial à minha irmã Débora por todas as palavras de incentivo e por me amparar quando mais necessitei. Para sempre terás um lugar especial no meu coração.

A todos os meus amigos e amigas, e em especial à Alice, à Karima e ao Jean Felix pela disponibilidade em ajudar em todas as fases do trabalho. Obrigada pela amizade e pelas palavras de encorajamento.

Por fim, ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), por me ter concedido uma bolsa de estudos que me permitiu ausentar do meu país desde os meus 18 anos.

Obrigada a todos e a todas.

# TERMINOLOGIA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL EM CABO VERDE

## RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo prioritário propor, a criação de uma base de dados terminológica e textual trilingue – Português – Inglês – Francês no domínio do direito processual civil em Cabo Verde. No entanto, tencionamos no futuro introduzir o caboverdiano como uma quarta língua na base de dados. Assim, os termos e as colocações terminológicas que iremos armazenar estarão na base da preparação dos recursos linguísticos e terminológicos para o ensino do português jurídico nas universidades e institutos superiores do arquipélago, além de ser uma ferramenta indispensável para os juristas, advogados, magistrados, tradutores, entre outros. Focalizámos a nossa análise nas colocações terminológicas nominais que na sua estrutura contemplem pelo menos um adjectivo: *apreciação do Supremo Tribunal de Justiça, ampliação da competência territorial, intervenção do tribunal colectivo*, etc.

**PALAVRAS - CHAVE:** direito processual civil, português jurídico, recursos linguísticos e terminológicos, colocações terminológicas, adjectivos, base de dados terminológica.

**EVÓDIA GOMES DA GRAÇA**

# TERMINOLOGY OF CIVIL PROCEDURAL LAW IN CAPE VERDE

## ABSTRACT

This present research has as main goal to propose the creation of a trilingual terminological and textual database, Portuguese – English – French in the domain of civil procedural law in Cape Verde. However, in the future, we tend to introduce the Capeverdean as a fourth language in the database. The terms and terminological collocations that we are going to store up, will serve as a basis for preparation of the linguistics and terminological resources for the legal portuguese education in the universities and in the superior institutes of the archipelago, in addition of being an essential tool for jurists, lawyers, magistrates, translators among others. We focused our analysis on nominal terminological collocations which have in their structure, at least, one adjective: *the assessment of the Supreme Court of Justice, the enlargement of territorial responsibility, intervention of the collective court*, and so on.

**KEYWORDS:** civil procedure, portuguese legal, linguistics and terminological resources, terminological collocations, adjectives, terminological database.

**EVÓDIA GOMES DA GRAÇA**



# Índice

<b>Introdução</b> .....	9
<b>1. O ensino/aprendizagem do português jurídico no ensino superior em Cabo Verde</b> ...	12
1.1. O contexto linguístico caboverdiano .....	12
1.2. A importância do ensino do português jurídico a estudantes dos cursos de Direito em Cabo Verde .....	13
1.3. Proposta de criação de recursos terminológicos para o auxílio do ensino em Cabo Verde .....	14
<b>2. Direito Processual Civil</b> .....	16
2.1. Delimitação do domínio: o Direito Processual Civil .....	19
2.2. Organização e estruturação do domínio .....	20
2.2.1. A acção declarativa .....	21
2.2.2. A acção executiva .....	21
<b>3. Constituição do corpus</b> .....	24
3.1. Constituição de um <i>corpus</i> em Direito Processual Civil.....	24
3.2. Metodologia para constituição do <i>corpus</i> .....	25
3.3. Tratamento semi-automático do <i>corpus</i> : Selecção da ferramenta adequada para tratamento de dados .....	27
<b>4. Abordagem terminológica das colocações</b> .....	30
4.1. As colocações em contexto de especialidade .....	30
4.2. Colocações vs termos: definição .....	32
4.3. Critérios para identificação das colocações no <i>corpus</i> .....	34
4.4. Adjectivos: breve enquadramento .....	35
4.5. Tipos de adjectivos.....	36
4.5.1. Adjectivos qualificativos vs. adjectivos relacionais .....	37
4.5.2. Adjectivos modificadores do significado ou intensão dos nomes vs adjectivos negativos e conjecturais.....	39
4.5.3. Adjectivos modais vs. adjectivos temporais - aspectuais.....	39
4.6. Graduação dos adjectivos .....	40
4.6.1. O grau superlativo.....	41
4.6.2. O grau comparativo.....	41
4.7. Identificação das colocações no <i>corpus</i> .....	42
4.8. Análise das estruturas das colocações terminológicas no <i>corpus</i> .....	51
<b>5. Constituição de base de dados</b> .....	56
5.1. Identificação do perfil do utilizador – alvo .....	56
5.2. Ficha terminológica.....	56
5.3. Constituição de base de dados .....	58
<b>Notas conclusivas</b> .....	60
<b>Bibliografia</b> .....	62
Linguística e Terminologia.....	62
Direito .....	66
Dicionários .....	67
Sítios da internet consultados .....	67

## **Introdução**

O desenvolvimento de Cabo Verde cresce a um ritmo acelerado. No dia 1 de Janeiro de 2008, Cabo Verde deixou, oficialmente, o grupo dos países em desenvolvimento, ascendendo ao patamar superior de país de Rendimento Médio. Foi também assinado o tratado que concede a Cabo Verde um estatuto especial na União Europeia.

A cooperação transnacional intensifica-se. Hoje, mais do que nunca, o diálogo entre Cabo Verde e o mundo é um factor fulcral que passa por negociações políticas, económicas, culturais, etc. É fundamental, por isso, a organização do conhecimento em áreas do saber estruturantes para o país. Cabo Verde deve apostar no desenvolvimento dos recursos linguísticos e terminológicos com o intuito de responder atempadamente aos desafios que se apresentam na era da globalização e da sociedade da informação.

Neste contexto, a Terminologia desempenha um papel importante. Ela é fundamental para a organização do conhecimento, e acima de tudo para garantir a qualidade das várias traduções que são necessárias para a comunicação entre Cabo Verde e a comunidade internacional.

Apesar de se verificar grandes avanços em várias áreas do saber, a investigação terminológica no arquipélago é um tema praticamente desconhecido, ou mesmo inexistente. É neste sentido que, a escolha do Direito como área de especialidade revela-se de extrema pertinência.

O Direito é uma área muito vasta, daí a necessidade de organizar a sua terminologia. Ao organizar a terminologia do Direito, através da criação de recursos linguísticos e terminológicos, estaremos a contribuir não somente para o desenvolvimento de Cabo Verde, mas também para a construção de uma terminologia harmonizada comum a todos os países da CPLP.

Sendo o Português a Língua oficial em Cabo Verde, logo é a língua utilizada nas relações internacionais. Neste sentido, a partir do momento em que houver uma terminologia harmonizada a todos os especialistas da área, conseqüentemente, haverá uma maior compreensão entre os especialistas da área num contexto internacional, e não só.

No entanto, foi necessário delimitar um domínio específico para dedicar a nossa investigação, visto que o Direito, como supramencionado é uma área muito vasta. Optámos, por isso, pelo domínio do Direito Processual Civil.

É nosso objectivo, propor a criação de uma base de dados terminológica trilingue - Português – Inglês – Francês no domínio do Direito Processual Civil em Cabo Verde. No entanto, tencionamos, no futuro, introduzir o Caboverdiano como quarta língua na base de dados.

As colocações terminológicas que iremos identificar, seleccionar e armazenar estarão na base da preparação de recursos terminológicos para o ensino do português jurídico nas universidades e institutos superiores do arquipélago, além de ser uma ferramenta indispensável para os juristas, advogados, magistrados, assim como para os tradutores e entre outros.

Para validação da informação terminológica seremos apoiadas por especialistas da área em Cabo Verde.

Assim, o presente trabalho está dividido em cinco capítulos sendo que, no primeiro, fizemos um breve apanhado sobre a importância do ensino / aprendizagem do português jurídico no ensino superior em Cabo Verde.

No segundo capítulo, delimitámos o nosso domínio de análise. Assim, apresentámos um mapa conceptual dos vários ramos do Direito, com o objectivo de mostrar onde se situa o nosso domínio de análise: o Direito Processual Civil.

No terceiro capítulo, apresentámos a metodologia adoptada para a constituição do *corpus* em Direito Processual Civil.

Após a constituição do *corpus*, apresentámos no capítulo quatro, uma breve abordagem sobre as colocações e sobre os adjectivos e de seguida focalizámos a nossa atenção na descrição das várias tipologias de colocações terminológicas presentes no *corpus*.

No quinto e último capítulo, apresentámos uma proposta de base de dados, que futuramente poderá vir a ser implementada no ensino superior em Cabo Verde.

# 1. O ENSINO/APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS JURÍDICO NO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE

## 1.1. O contexto linguístico caboverdiano

A comunidade linguística caboverdiana é caracterizada pela coexistência de duas línguas diferentes: o Caboverdiano<sup>1</sup> que é a língua materna e o Português que é a língua oficial. A primeira é maioritariamente utilizada no dia-a-dia da população, nas situações de comunicação de carácter informal. Já a segunda é utilizada nas situações de comunicação formais como no ensino, nos *media*, na administração, na justiça, etc.

Embora haja variação linguística de ilha para ilha, quase todos os caboverdianos falam o Caboverdiano e entendem-se uns aos outros, mesmo quando se trata de falantes de ilhas diferentes.

Do mesmo modo, quase todos os falantes percebem o Português, mesmo que não o saibam falar ou escrever. Segundo Évora (2006), “Cada uma das línguas assumiu um determinado campo da prática: o Português assegurou a dimensão escrita, uma vez que é a primeira língua em que as crianças aprendem a traçar as suas primeiras letras; o Crioulo dominou sobretudo a vertente da oralidade, sendo o primeiro idioma com que as crianças têm contacto no seio da família” (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-dualidade-linguistica-no-jornalismo.pdf>: 25/01/09).

Porém, o facto de o Caboverdiano dominar a vertente da oralidade em sobreposição com o Português, que continua a ser utilizado apenas em algumas áreas específicas, afecta de forma significativa o uso “correcto” do Português nas escolas do arquipélago. Deste modo, particularmente no ensino primário e secundário, verifica-se uma ausência quase total da prática do Português a nível da oralidade. Esta grande lacuna acompanha o percurso dos estudantes, fazendo com que eles cheguem às universidades com grandes dificuldades no uso do Português que constitui uma ferramenta indispensável para a elaboração de trabalhos

---

<sup>1</sup> São vários os termos utilizados para referir tanto à língua materna dos caboverdianos, como para referir aos próprios habitantes de Cabo Verde (Cabo – Verdiano, Caboverdiano, Caboverdeano, “crioulo de cabo verde”, crioulo caboverdiano, etc.). No presente trabalho adoptámos o termo “caboverdiano” para referir a ambas as situações. No entanto, quando referimos aos habitantes, o “c” inicial escreve-se com letra minúscula. Por outro lado, quando referimos à língua falada pelos habitantes do arquipélago, o “C” inicial escreve-se com letra maiúscula.

académicos de carácter científico, bem como para a própria comunicação no geral, tanto em termos nacionais como internacionais.

A situação é ainda mais complicada quando estamos perante alunos que frequentam os institutos ou universidades caboverdianas. Esses alunos estão limitados no que tange à prática do Português, do ponto de vista da oralidade, embora evidenciam competências linguísticas excelentes ao nível da gramática.

Esta ausência acentuada da prática do Português ao nível da oralidade está intrinsecamente relacionada com o facto de quase todos os estudantes terem como língua materna o Caboverdiano. Embora as aulas sejam leccionadas em Português, em quase todos os contextos intra e extra escolares, o veículo de comunicação continua a ser o Caboverdiano.

Neste sentido, os alunos correm o risco de concluir uma licenciatura (independentemente da área escolhida), sem conseguirem adquirir na totalidade as competências na língua portuguesa.

Este fenómeno é cada vez mais preocupante na medida em que, sendo os estudantes de hoje os quadros de amanhã, caso não haja qualificação efectiva em todas as vertentes, continuará a haver uma constante lacuna, que pode acabar por se transformar num fenómeno crónico com consequências gravosas para a sociedade caboverdiana.

## **1.2. A importância do ensino do Português Jurídico a estudantes dos cursos de Direito em Cabo Verde**

Ao consultar os programas e planos curriculares dos cursos de Direito oferecidos pelas universidades e institutos do país, confirma-se a ausência total de uma disciplina que tenha como objectivo prioritário a prática do Português e muito particularmente do português jurídico. Os alunos não têm acesso a nenhuma disciplina que os possa ajudar na aquisição do discurso jurídico, elemento fundamental para qualquer futuro especialista da área do Direito.

Dos planos curriculares dos cursos de Direito leccionados no arquipélago que consultámos, apenas existe uma disciplina denominada “Técnicas de expressão oral e escrita”, cujo objectivo é a “aquisição e aperfeiçoamento das técnicas de expressão consideradas como fundamentais para a prossecução dos estudos superiores e para futura vida profissional”. Esta disciplina “conjuga destrezas e conhecimentos linguísticos com literacia e

competências comunicativas. Além de aspectos gramaticais e funcionais da língua portuguesa, dá-se também alguma ênfase à estética e à cultura da linguagem” (<http://www.unipiaget.cv/pdf/cursos/dirm.pdf>: 27/02/08).

Esta disciplina constitui uma mais-valia para os estudantes, tendo em conta a realidade caboverdiana supra descrita, uma vez que permite aos alunos aperfeiçoarem as técnicas de expressão do português. No entanto, tratando-se de alunos do curso de Direito, futuros estagiários, advogados, juristas, magistrados, juízes, procuradores, etc., a aquisição de competências a nível terminológico na área do Direito é fulcral. Como afirma Costa “para que um membro de uma comunidade científica seja aceite e reconhecido como especialista, é necessário que active mecanismos discursivos (escritos e/ou orais) que lhe permita partilhar o seu saber com os membros da comunidade a que pertence” (Costa 2001:200). Essa aquisição de competências a nível terminológico, segundo Heitor (2005:14) “passa obrigatoriamente pelo ensino / aprendizagem do português de especialidade”. E, como acrescenta Costa, “o uso adequado da Terminologia e a sua inserção correcta no texto ou no discurso é comum a todos aqueles que constituem uma comunidade científica, podendo ser excluído todo aquele que não possui esse saber” (Costa 2001:203).

Assim, a aprendizagem da terminologia jurídica constitui um desafio para qualquer estudante de Direito. Para dominar a terminologia jurídica, é necessário conhecer os conceitos da área de especialidade que os termos designam, uma vez que o discurso jurídico tem de reflectir forçosamente um conhecimento específico.

Pelas razões apontadas, acreditamos que é urgente apostar na criação de uma disciplina de carácter teórico-prático nos cursos de Direito nas universidades e institutos superiores do arquipélago, uma vez que possibilitará uma melhoria na aprendizagem do Português como língua de especialidade e, consequentemente, uma formação mais qualificada de novos quadros da área do Direito.

### **1.3. Proposta de criação de recursos terminológicos para o auxílio do ensino em Cabo Verde**

Actualmente, os recursos terminológicos assumem cada vez maior importância para a sustentabilidade das línguas em diversos contextos. Neste sentido, enfatizamos que é fulcral a utilização desses recursos terminológicos por diversos grupos socioprofissionais como os

tradutores, professores de línguas de especialidade, bibliotecários e especialistas em gestão de informação em organizações, empresas e administração pública. Sendo que Cabo Verde é um país de cooperação transnacional muito forte, torna-se desde já importante a organização de sistemas conceptuais em sectores como o ensino, o turismo, a agricultura, as pescas, a economia, etc., sectores fundamentais para o desenvolvimento do país.

Neste sentido, temos como principal objectivo a criação de recursos terminológicos que possam auxiliar não somente os alunos dos cursos de Direito, mas também os próprios docentes tanto no arquipélago de Cabo Verde, como nos restantes países da CPLP.

Assim é necessário, em primeiro lugar, adoptar “políticas linguísticas que incentivem o recurso à língua portuguesa em situação de comunicação especializada” (Heitor 2005: 15), e em segundo lugar, o contributo das universidades e institutos superiores, do Ministério da Educação, dos tribunais e das mais variadas instituições.

## 2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Almeida (2009) caracteriza o termo *direito* como sendo “ um termo polissêmico que apresenta uma pluralidade de acepções que correspondem a usos diferentes” (2009: 7). No entanto, no presente trabalho, o termo *direito* é apenas entendido como o conjunto das normas que regulam as relações sociais.

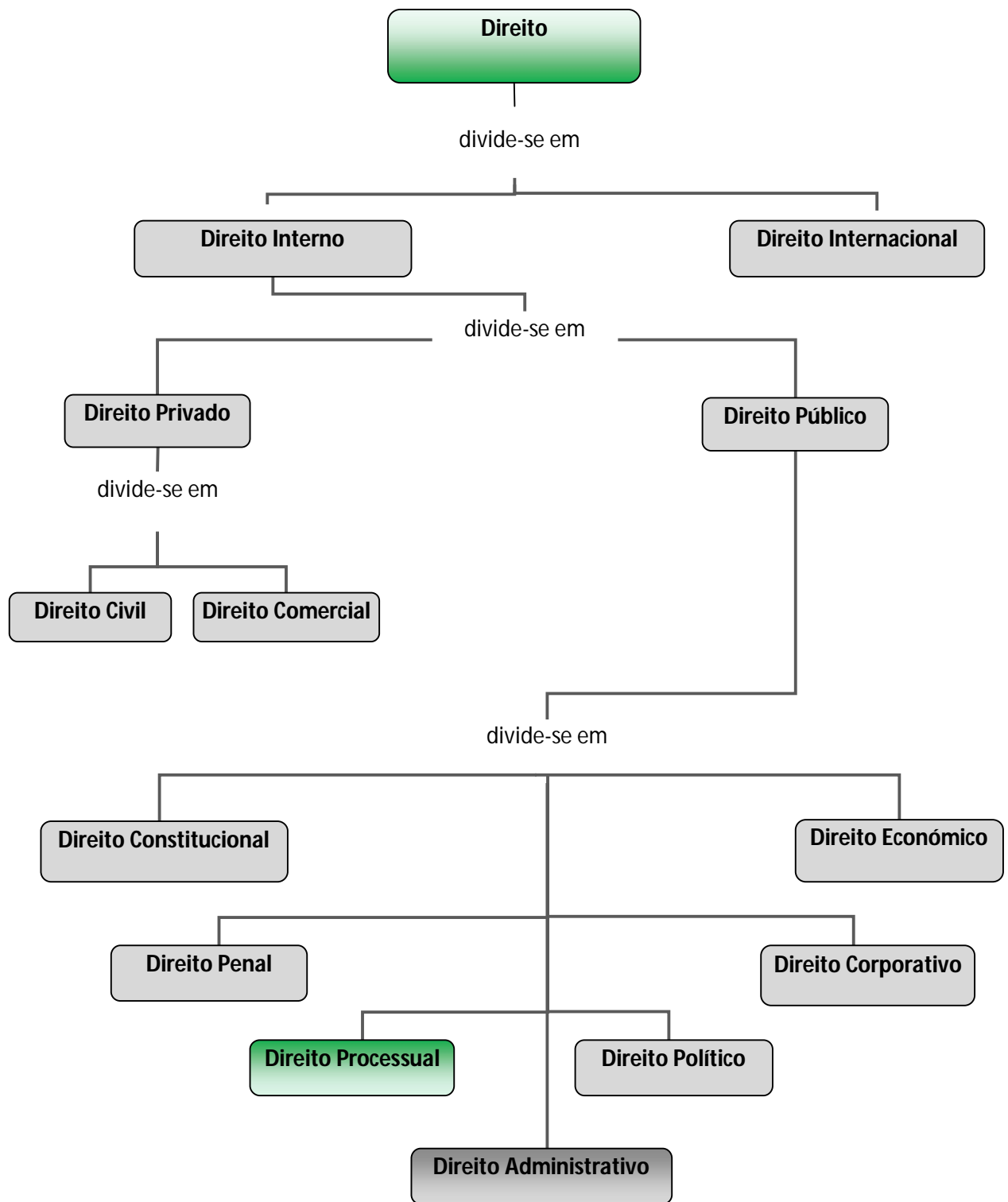
Segundo vários autores (Marques (1994), Telles (1997), entre outros), o *direito* enquanto ciência pode dividir-se em dois grandes ramos: o Direito Interno e o Direito Internacional. O Direito Interno, por sua vez divide-se em Direito Privado e Direito Público.

É no Direito Público que o Direito Processual se enquadra, assim como o Direito Constitucional, o Direito Penal, o Direito Administrativo, o Direito Económico, o Direito Político e o Direito Corporativo<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver **figura1**





**Figura 1**  
Mapa conceitual da área de especialidade

Pimentel (2007) apresenta um mapa conceptual sobre os ramos e as áreas de especialização do direito, com algumas diferenças em relação ao apresentado por nós neste presente trabalho.

Pimentel (2007) faz uma divisão do Direito em Direito Internacional, Direito Comunitário e Direito Interno, enquanto como supramencionado, optámos por dividir o Direito em apenas dois grandes ramos: o Direito Internacional e o Direito Interno. Por outro lado, dividimos estes dois ramos, em Direito Público e Direito Privado e a estes, Pimentel acrescenta um outro ramo bastante polémico, o Direito Híbrido que é um ramo utilizado para designar o ramo do direito que combina o público com o privado. Contudo, as diferenças não ficam apenas neste plano. Ao apresentar os vários ramos do Direito Público, a autora apresenta as seguintes áreas de especialização: o Direito dos registos e do notariado, o Direito da Segurança social, o Direito de mera ordenação Social, o Direito do urbanismo, o Direito Financeiro, o Direito penal, o Direito administrativo, o Direito constitucional, o Direito Económico e o Direito Processual (2007:38).

No entanto, optámos por não seguir o mapa conceptual apresentado por Pimentel (2007), por os nossos objectivos serem distintos. Enquanto, no presente trabalho apresentámos apenas um mapa conceptual dos ramos do Direito com o intuito de mostrar onde se situa o Direito Processual, a autora apresentou um mapa conceptual dos ramos do Direito bem como das respectivas áreas de especialização, com o objectivo de integrar o subdomínio dos registos e do notariado no domínio do Direito Público.

Embora a divisão apresentada na **figura 1** não seja “estanque e definitiva” (Sousa 1998: 260), optámos por adoptá-la, por ser aceite pela maioria dos autores dos manuais de direito por nós consultados (Marques 1994, Telles 1997, entre outros).

Porém, tanto o mapa conceptual por nós apresentado, como o apresentado por Pimentel (2007), têm uma finalidade em comum – mostrar onde se situa o nosso domínio de especialidade e a relação com os outros ramos do Direito. O Direito Processual Civil por um lado, e o Direito dos Registos e do Notariado por outro.

Posto isto, centremo-nos no nosso domínio em análise – o Direito Processual Civil.

Quando se fala em Direito Processual, torna-se fulcral entender o próprio conceito de *processo*. Para isso, contamos com a ajuda do *Dicionário Jurídico* Prata (2008), segundo à

qual processo é uma “sequência de actos destinados à justa composição, por um órgão de autoridade imparcial (o tribunal), de um conflito de interesses ou litígio” (2008:1131).

## **2.1. Delimitação do domínio: o Direito Processual Civil**

Andrade (1993) define *direito civil* como “o conjunto de normas - expressas na lei ou obtidas por integração dela – reguladoras das relações entre indivíduos, ou entre os indivíduos e o Estado ou qualquer outro ente público, contando que o Estado ou o ente público intervenham na relação em pé de igualdade com os particulares – despidos, portanto das suas vestes de soberania” (1993:1).

O próprio conceito de *direito civil* remete-nos, de novo, para o conceito de *direito* supra assumido, segundo o qual o *direito* é o conjunto das normas que regulam as relações sociais. No entanto, embora essas normas existam, muitas vezes são “quebradas” ou violadas, gerando assim situações de conflito entre os indivíduos. Perante essas situações, não é lícito que o sujeito lesado tente fazer justiça com as próprias mãos, reservando-se porém, no direito de recorrer aos tribunais de forma a exigir a reintegração do seu direito ofendido. Pode-se ainda recorrer aos tribunais para prevenir a violação de uma determinada norma. Este processo denomina-se de *acção civil*. Após esta fase, procede-se à uma investigação com o objectivo de averiguar a veracidade da situação. Todo o processo de investigação é regido por um conjunto de normas que constituem o Direito Processual Civil, que, segundo Andrade (1993), “compreende as normas relativas aos tipos ou modos e condições da acção (algumas delas), e principalmente relativas aos termos a observar em juízo, na sua propositura e desenvolvimento” (1993:3).

Ainda em relação ao próprio conceito de *direito processual civil*, Prata (2005) no seu dicionário jurídico define *processo civil* como uma “sequência de actos destinados à justa composição de um litígio de interesses privados, mediante a intervenção de um tribunal”. A autora acrescenta ainda que o processo civil “ocupa-se da aplicação do direito civil e comercial pelos tribunais aos litígios que lhes são submetidos” (2005:119).

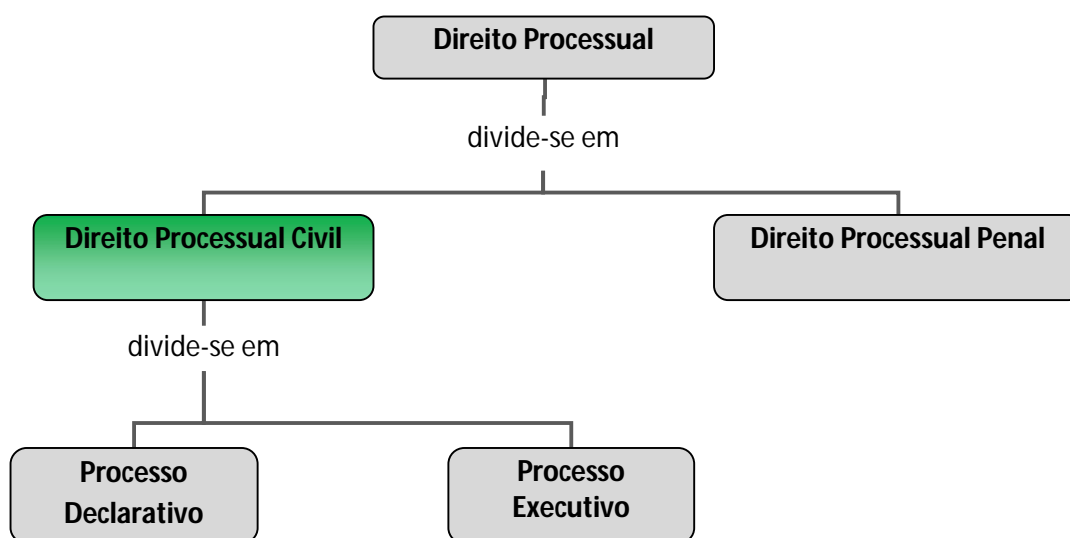
Porém, o recurso aos tribunais é um processo mais complexo do que aparentemente possa parecer. Segundo Freitas (2000) “o recurso ao tribunal faz-se mediante a propositura duma acção. Por ela, um sujeito de direito privado (o autor) deduz contra outro (o réu) um pedido, normalmente, afirmando-se titular duma situação jurídica para a qual requer a tutela do

tribunal ” (2000: 8). Freitas (2000) acrescenta ainda que “consoante o tipo de pedido deduzido, a acção proposta diz-se declarativa ou executiva” (2000:8).

Vejamos de seguida a diferença entre *acção declarativa* e *acção executiva*.

## 2.2. Organização e estruturação do domínio

Do ponto de vista jurisdicional, como se pode constatar na **figura 2**, é dentro do Direito Processual Civil que se encontram as *acções*. Essas, por sua vez dividem-se em duas modalidades diferentes: as *acções declarativas* e as *acções executivas*, sendo que dentro das primeiras temos as *acções de simples apreciação*, *acções de condenação* e *acções constitutivas*, e dentro das segundas temos as *acções para pagamento de quantia certa*, *acções para entrega de coisa certa* e *acções para prestação de facto*.



**Figura 2**  
**Mapa conceptual do domínio de especialidade: Direito Processual Civil**

### **2.2.1. A acção declarativa**

Segundo o *Dicionário de Processo Civil* de Leitão (1997) “as acções definem-se, desde o direito romano, como os meios de pedir em juízo o que nos é devido, ou o meio de tornar efectivo o nosso direito em juízo” (1997:16). E é exactamente isso que se verifica na acção declarativa e na acção executiva.

Comecemos pela acção declarativa. Esta, como supra indicado, pode ser *de simples apreciação de condenação* e *constitutiva*. Vejamos a distinção apresentada por Freitas (2004:7-9) entre esses diferentes tipos de *acções declarativas*:

Na *acção de simples apreciação*, é pedido ao tribunal que declare a existência ou inexistência dum direito ou dum facto jurídico.

Na *acção de condenação*, vai-se mais longe: sem prejuízo de o tribunal dever ainda emitir aquele juízo declarativo, dele se pretende também (e fundamentalmente) que, em sua consequência, condene o réu na prestação duma coisa ou dum facto. O pedido de declaração prévia do direito ou do facto jurídico pode ser expresso, caso em que se verifica uma cumulação de pedidos.

Na *acção constitutiva*, o juízo do tribunal já não é limitado, como nas duas subespécies anteriores, pela situação de direito ou de facto pré-existente. Pela sentença, o juiz, perante o exercício judicial dum direito protestativo, cria novas situações jurídicas entre as partes, constituindo, impedindo, modificando ou extinguindo direitos e deveres que, embora fundados em situações jurídicas anteriores, só nascem com a própria sentença.

### **2.2.2. A acção executiva**

Contrariamente à *acção declarativa* em que se limita a declarar direitos, a *acção executiva* tem como objectivo final a “reparação efectiva dum direito violado” Freitas (2004: 9). O mesmo autor acrescenta que se trata de “providenciar pela reparação material coactiva do direito do exequente. Com ele passa-se da declaração concreta da norma jurídica para a sua actuação prática, mediante o desencadear do mecanismo da garantia” (2004:9).

São três os tipos de *acção executiva*: *para pagamento de quantia certa*, *para entrega de coisa certa* e *para prestação de facto*.

Para distinguir as acções declarativas das executivas, Freitas (2004:10) apresenta alguns exemplos práticos que achámos pertinente inserir no presente trabalho. Vejamos:

Na *acção executiva para pagamento de quantia certa*, um credor (o exequente) pretende obter o cumprimento duma obrigação pecuniária através da execução do património do devedor (executado) (art.817CC). Para tanto, apreendidos pelo tribunal, os bens deste que forem considerados suficientes para cobrir a importância da dívida e das custas, tem lugar, normalmente, a venda desses bens a fim de, com o preço obtido, se proceder ao pagamento. O exequente obtém assim o mesmo resultado que com a realização da prestação que, segundo o título executivo, lhe é devida (2004:10).

Na *acção executiva para entrega de coisa certa*, o exequente, titular do direito à prestação duma coisa determinada, pretende que o tribunal apreenda essa coisa ao devedor (executado) e, seguidamente, lha entregue (art.827 CC). Pode, porém, acontecer que a coisa não seja encontrada e, neste caso, o exequente procederá à liquidação do seu valor e do prejuízo resultante da falta de entrega, penhorando-se e vendendo-se bens do executado para pagamento da quantia liquidada (art.931). Neste tipo de processo, pode assim, o exequente obter um resultado idêntico à da realização da própria prestação que, segundo o título, lhe é devida ou um seu equivalente. Por outro lado, o direito à prestação da coisa pode ter por base uma obrigação ou um direito real.

Na *acção executiva para prestação de facto*, quando este esteja fungível, o exequente pode requerer que ele seja prestado por outrem à custa do devedor (art. 828 CC), sendo então apreendidos e vendidos os bens deste que forem necessários ao pagamento do custo da prestação. Mas, quando o facto seja infungível, o exequente já só pode pretender a apreensão e venda de bens do devedor suficientes para o indemnizar do dano sofrido com o incumprimento (art. 933). Por outro lado, no caso de violação dum dever de omissão (prestação de facto negativo), o exequente, consoante os casos, pedirá a demolição da obra que porventura tenha sido efectuada pelo devedor, à custa deste, assim como a indemnização do prejuízo sofrido, ou indemnização compensatória (artigos. 829 CC e 941). Assim, também, neste tipo de processo o credor pode obter o mesmo resultado que obteria com a realização, ainda que por terceiro, da prestação que, segundo o título, lhe é devida ou um seu

equivalente. E, embora em todos os casos se realize uma prestação de natureza obrigacional, a obrigação de demolir ou indemnizar, pode resultar da violação dum direito real.

### 3. CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

#### 3.1. Constituição de um *corpus* em Direito Processual Civil

Em terminologia, os conceitos de *corpus* e de *texto* são fundamentais, uma vez que é com os textos que o terminólogo constitui o seu *corpus*.

Assim, assumimos no presente trabalho que, texto é uma “entidade singular e concreta resultante de uma produção verbal específica” (Costa 2001:67). Por outro lado, entendemos que o *corpus* é constituído por um conjunto de textos numa dada área ou domínio de especialidade. No entanto, como refere Costa (2001) “possuir uma colecção de textos informatizados não é condição suficiente para que possamos considerar estar na presença de um *corpus*” (Costa 2001:19). Decidir que textos utilizar para constituir um *corpus* electrónico que seja representativo de um domínio, é portanto um passo fulcral em Terminologia.

É necessário estabelecer critérios rigorosos para a recolha e organização dos textos. De acordo com L’Homme “La collecte d’une documentation représentative du domaine dont on souhaite écrire la terminologie et son exploitation constituent les premières étapes d’une recherche en bonne et due forme” (L’Homme 2004: 119). Costa vai mais longe ao afirmar que “é necessário ter em conta um conjunto de pressupostos teóricos e metodológicos considerados de importância fundamental” (Costa 2001:19).

Assim, assumimos que os textos produzidos pelos especialistas em Direito Processual Civil constituem textos de especialidade, entendida por Costa como “uma das formas privilegiadas ao qual o especialista recorre para transmitir e aceder ao conhecimento” (Costa 2008:200).

É com os textos de especialidade que iremos constituir o nosso *corpus*. Pretendemos que este seja o mais representativo possível do domínio em análise, pois tal como afirma Costa “A representatividade dos enunciados que compõem um *corpus* é uma questão central da constituição de *corpora* de especialidade, uma vez que a diversidade dos textos no seio de uma área de especialidade é imensa” (Costa 2001: 37).



### 3.2. Metodologia para constituição do *corpus*

Para proceder ao estudo das colocações terminológicas em contexto de especialidade, foi necessário constituir um *corpus* a partir de textos do domínio do Direito Processual Civil.

Numa primeira fase do nosso trabalho, decidimos constituir o *corpus* a partir de textos sobre o Direito Processual Civil caboverdiano. Para isso seria necessário seleccionar, de forma prudente, um ou vários documentos considerados os mais representativos do domínio em análise.

O código do processo civil caboverdiano, foi o documento por nós eleito, para a constituição do *corpus*. Escolhemo-lo, uma vez que, sendo um documento que regula todo o processo civil do país, abrange todos os subdomínios do processo civil. Para além disso, dada a sua elevada importância para o domínio, todos os especialistas da área usam-no e conhecem-no de forma detalhada.

No entanto, numa pesquisa efectuada na internet, verificámos que não há código do processo civil caboverdiano disponível em nenhum site para consulta.

Como forma de colmatar esta situação, decidimos procurar o referido documento nas livrarias e instituições em Cabo Verde. Neste caso, seria necessário informatizar o respectivo código em formato papel, para depois proceder ao tratamento semi-automático do mesmo.

Infelizmente, passados vários meses à procura de um exemplar do respectivo código, tanto em Cabo Verde como em Portugal, verificámos a sua não disponibilidade.

Numa tentativa de compreender as razões para a sua não disponibilidade tanto nas livrarias, como na Internet, efectuamos uma pesquisa exaustiva sobre o estado actual do processo civil caboverdiano. Foi então que descobrimos que o actual código do processo civil caboverdiano vigora desde 1962, sendo que a sua reforma foi iniciada em 1994 e a previsão para a sua conclusão em 2011.

O único documento alusivo ao código do processo civil que se encontra disponível na Internet é o ante – projecto do código do processo civil caboverdiano<sup>3</sup>. Como referido pelo presidente da Comissão de Reformas Legislativas do Ministério da Justiça e antigo Juiz

---

<sup>3</sup> O anteprojecto do código do processo civil encontra-se disponível na página do Governo de Cabo Verde. Em: [http://www.governo.cv/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=35&Itemid=83&mosmsg=Este+documento+tem+de+ser+publicado+para+possibilitar+os+downloads](http://www.governo.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=35&Itemid=83&mosmsg=Este+documento+tem+de+ser+publicado+para+possibilitar+os+downloads).

Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Eduardo Rodrigues, “ essencialmente, a reforma do CPC<sup>4</sup> procura prosseguir os objectivos da modernização e adequação do processo civil às exigências sociais e económicas do país, garantindo a certeza e segurança do Direito e promovendo a celeridade, simplificação e desburocratização dos mecanismos normativos que visam o acesso ao direito e à justiça” ([http://www.mj.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=354&Itemid=2,%20o:](http://www.mj.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=354&Itemid=2,%20o:) consultado em 27/09/09)

A antiguidade do código do processo civil (em vigor desde 1962) e a sua revisão, em curso desde 1994 são factos fulcrais para justificar a sua não disponibilidade tanto na Internet, como nas livrarias e bibliotecas. Dada esta situação, decidimos procurar na internet, o código do processo civil português. Este encontra-se disponível para consulta. Esta opção pareceu-nos ser a mais prudente, uma vez que, partimos do princípio que as diferenças entre o código do processo civil português e o caboverdiano poderiam ser mínimas, assim como acontece com o código do processo penal caboverdiano que é “ basicamente o Código do Processo Penal português de 1929 ” (<http://www.odireito.com.mo/actualidade/anos-antiores/2-2004/27-um-novo-processo-penal-para-cabo-verde.html>: consultado em 27/09/09). Entre Cabo Verde e Portugal existem laços historicamente conhecidos que acabam por reflectir na própria elaboração dos vários documentos jurídicos (e não só) que vigoram em Cabo Verde. Daí que, em vários casos, os documentos jurídicos vigentes em Cabo Verde sejam muito parecidos com os vigentes em Portugal.

Por via das dúvidas, decidimos confrontar com alguma atenção, os códigos penais e civis de ambos os países. Pudemos constatar, facilmente, que embora sejam códigos de países diferentes, mas como era esperado, as diferenças são, realmente, mínimas.

As conclusões que pudemos tirar da análise dos códigos penais e civis de ambos os países justificam a utilização do código do processo civil português em substituição ao código do processo civil caboverdiano que embora exista em formato papel, não se encontra disponível para consulta, sendo que também não se encontra disponível para consulta na internet, pelas razões anteriormente citadas.

---

<sup>4</sup> CPC – Código do Processo Civil

Ultrapassado este problema, procedemos à constituição do nosso *corpus*. Procedemos à cópia do texto no dia 30 de Janeiro de 2008 <sup>5</sup>. O documento tinha no total 28,4 MB. Numa fase posterior, o documento foi convertido para texto simples, requisito importante para poder inseri-lo no programa informático por nós escolhido.

### **3.3.Tratamento semi-automático do *corpus*: Selecção da ferramenta adequada para tratamento de dados**

Assim como a selecção, a organização e a constituição do *corpus*, o tratamento semi-automático dos textos de especialidade é igualmente uma fase fulcral do trabalho terminográfico.

O tratamento semi-automático de textos de especialidade consiste no uso de programas informáticos que permitem obter dados quantitativos a partir de textos e observar as distribuições sintagmáticas e paradigmáticas de formas linguísticas em contexto.

Assim, estando o *corpus* pronto para ser utilizado, iniciámos o tratamento semi-automático do mesmo, utilizando o programa informático *Concapp*. Com este programa, tivemos acesso a uma lista detalhada de todas as ocorrências das formas que constituem o *corpus*. O programa apresenta a lista de duas formas diferentes. Uma onde temos acesso a lista por ordem alfabética e outra por ordem de frequência. Em ambos os casos, para além da listagem das formas, temos também acesso ao número de vezes em que a forma aparece no *corpus* e a sua respectiva percentagem em relação a totalidade das formas que constituem o *corpus*.

No entanto, optámos por ter sempre como base de análise, a ordem de frequência, uma vez que na maioria dos casos, a frequência permite-nos ver e perceber o impacto de cada forma em relação às restantes formas do *corpus*, como se pode constatar na figura abaixo:

---

<sup>5</sup> Cópia no site <http://www.stj.pt/nsrepo/geral/cptlp/Portugal/CodigoProcessoCivil.pdf>.

Formas	Frequências
processo	1038
tribunal	662
juiz	605
bens	550
partes	541
prazo	481
recurso	453
causa	446
direito	353
execução	313
judicial	269
sentença	263
lei	246
penhora	240
instância	231
autor	228
código	225
civil	216
facto	214
despacho	210
requerimento	206
relação	203
julgamento	193
actos	185
audiência	185
oposição	183

**Figura 3**  
**Exemplificação da frequência das formas no *corpus***

O *Concapp* permitiu-nos constatar que no *corpus* existem 139.104 ocorrências para um total de 7.173 formas, sendo que para cada forma temos ainda acesso à sua frequência, ou seja, ao número de vezes que a mesma ocorre no *corpus*.

A concordância, assim como a frequência, são uma funcionalidade do *Concapp* que se revelou ser de extrema pertinência na fase do tratamento semi-automático dos textos do Direito Processual Civil. Ela é importante para a observação e análise da forma pólo em contexto<sup>6</sup>. Vejamos a concordância da forma pólo *acção*:

185 uer, no mesmo processo, o prosseguimento da *acção executiva* contra o devedor, que s  
186 se apresenta, por manter o figurino essencial da *acção executiva* e singular que presente  
187 o andamento das execuções, transformando qualquer *acção executiva* em verdadeiro processo  
188 o título tenha trato sucessivo, não obsta a que a *acção executiva* se renove no mesmo proc  
189 as execuções se fundarem em decisões judiciais, a *acção executiva* será promovida por apen  
190 posto nos artigos 674º -A e 674º -B. Artigo 26º (*Acção executiva*) 1. Aos procedimento  
191 *lema da* definição da legitimidade das partes na *acção executiva*, quando o objecto  
192 o como incidente) 1. Se a arguição tiver lugar em *acção executiva*, em processo especial c  
193 o 2º do Código Civil. Artigo 8º Relativamente à *acção executiva*, fica o Governo autor  
194 erpostos de decisões interlocutórias. No campo da *acção executiva*, merece particular refe  
195 tes da instância. 2. Se a arguição tiver lugar em *acção executiva*, nem o exequente nem ou  
196 a indispensável «moralização» e transparência da *acção executiva*, nesta fase essencial -  
197 l até haver decisão final. 5. Se estiver pendente *acção executiva*, suspendem-se as diligê  
198 ação que se mostrem compatíveis com a natureza da *acção executiva*. 2. À execução para en,

**Figura 3**  
**Exemplificação da concordância da forma *acção***

<sup>6</sup> A problemática do contexto será debatida no capítulo 4

## 4. ABORDAGEM TERMINOLÓGICA DAS COLOCAÇÕES

### 4.1. As colocações em contexto de especialidade

No âmbito do tratamento terminográfico das línguas de especialidade, o termo foi durante muito tempo uma realidade linguística bastante estudada quando comparado com o estudo das colocações ou das fraseologias, por exemplo. No entanto, nos últimos anos, linguistas, lexicólogos e terminólogos têm dedicado as suas investigações a outras realidades linguísticas que não o termo. Segundo Costa (2005) [...] “ mais, l’unité terminologique ne bénéficie plus d’une attention exclusive. Le terminologue se concentre de plus en plus sur l’établissement du rapport, du lien ou encore de la relation entre deux ou plusieurs concepts au sein d’un même système conceptuel” (Costa 2005:7).

Destacamos o contributo de autores como Firth (1957); Sinclair (1974); Hausmann (1989); Mel’čuk (1995); Halliday (1996); Benson (1997); L’homme (1998); Costa (2001); Gonçalves (2004); Heitor (2006); Pimentel (2007), Almeida (2009), Tavares (2009) entre muitos outros, que têm dedicado uma atenção especial à questão das colocações em contexto de especialidade.

Assim, focalizaremos o nosso estudo nas colocações terminológica, exactamente por acreditarmos que, assim como os termos, o estudo das colocações revela-se de extrema pertinência para a área da terminologia e ensino em contexto de especialidade. Segundo Costa et alii (2008) “Il s’agit de démontrer que des phénomènes linguistiques aussi complexes que le traitement des collocations en langue de spécialité présentent également des particularités intéressantes , basées essentiellement sur l’identification, le fonctionnement et le traitement terminographique d’autres réalités linguistiques que le terme, comme les collocations terminologiques” (Costa et alii 2008: 10).

Portanto, antes de analisarmos as colocações e os termos em contexto de especialidade no domínio do Direito Processual Civil, torna-se fulcral desde já delimitar o próprio conceito de *contexto de especialidade*.

Assim, segundo Costa (2008) “o contexto de especialidade é a maneira como a língua é utilizada, ou seja, o que é de especialidade é o contexto em que o discurso é utilizado para a transmissão do conhecimento em contexto de especialidade” (Almeida 2009: 10 transcreve o

que Costa terá referido na cadeira de Teorias em Terminologia, no Mestrado em Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade, [Universidade Nova de Lisboa]).

O contexto de especialidade introduzido por Costa (2008) e posteriormente assumido por Almeida (2009), traz com ele novos conceitos, nomeadamente os conceito de *discurso de especialidade*, *vocabulário de especialidade* e *conhecimento especializado*. Almeida (2009) rejeita termos ambíguos tais como “língua de especialidade” ou “língua especializada” e adota o termo *discurso de especialidade* “para designar no seio de um sistema linguístico, a maneira particular como a língua é utilizada pelos diferentes grupos de actividades numa sociedade e que veiculam um conhecimento especializado, tendo em conta a finalidade de comunicação entre eles” (Almeida 2009:11).

Costa (2009), assim como Almeida (2009), são de opinião de que o que é de especialidade é a maneira como a língua é utilizada e não a língua em si, enfatizando mais uma vez a importância de adoptar o termo *discurso de especialidade*, já que é este o veículo utilizado para a transmissão do conhecimento em contexto de especialidade (Almeida 2009:10).

Assim como Almeida (2009), adoptamos, também, no presente trabalho o termo *discurso de especialidade* para referir a maneira particular como a língua é utilizada pelos especialistas da área do Direito Processual Civil para se comunicarem entre eles, independentemente do veículo de comunicação ser oral ou escrito. Como afirma a autora “o direito não é uma língua, exprime-se numa língua, sem que se possa falar por esse facto em língua do direito, o direito exprime-se na língua da comunidade que lhe deu origem” citando a este propósito Cornu (2005) “Em France, la langue juridique est la langue française. En Espagne, l’espagnol, ainsi de suite” (Cornu, 2005:16).

Neste sentido, independentemente do contexto de especialidade em questão, os especialistas ao utilizarem a língua para comunicarem e para transmitir conhecimento especializado, têm necessariamente de possuir um vocabulário especializado comum a todos. Este vocabulário é constituído por termos e várias outras combinatórias terminológicas, nomeadamente as fraseologias e as colocações.

É aqui que se centraliza o nosso trabalho. Analisaremos os termos e as colocações terminológicas no domínio do Direito Processual Civil.

Assim, no ponto seguinte, começaremos por distinguir os termos das colocações.

#### 4.2. Colocações vs *termos*: definição

Como mencionado no ponto anterior, são vários os autores que se têm dedicado as suas investigações ao estudo das colocações. No entanto, continua a não haver consentimento quanto à denominação do fenómeno linguístico em questão. Em muitos casos, chegam mesmo a falar de realidades linguísticas diferentes. Como explica Dechamps “existe uma certa flutuação das denominações e das definições adoptadas; facto que cria uma certa confusão a qualquer linguista que pretende estudar o problema” (Dechamps, 2006:29).

Por esta razão, limitamo-nos a enfatizar, no início deste capítulo, apenas os autores que consideramos ser os mais relevantes para o presente trabalho, sem apresentar as suas teorias, embora já as tenhamos estudado, uma vez que não é este o nosso objectivo.

Assim, neste ponto limitar-nos-emos a distinguir da melhor forma possível, as unidades terminológicas das várias combinatórias terminológicas multilexémicas para que numa fase posterior possamos focalizar-nos nas colocações, que foram as combinatórias terminológicas por nós eleitas desde o início.

No âmbito em que se insere o presente trabalho, entendemos por colocação, a co-ocorrência sequencial e frequente de duas ou mais unidades lexicais, sendo que esta co-ocorrência tem uma frequência elevada no seio de um discurso. Porém, para que a colocação seja terminológica, é necessário que uma das unidades lexicais que a constitua seja um termo, mas que a totalidade das unidades não designe um conceito específico, diferenciando-se assim da unidade terminológica multilexémica, que essa sim, é denominativa.

Porém, as unidades lexicais que compõem a colocação assumem estatutos diferentes. Assim, temos por um lado a *base* que é a unidade lexical determinante e por outro o *colocativo* que é a unidade lexical determinada. A *base*, em contexto de especialidade, regra geral é um termo, embora o *colocativo* também possa assumir o estatuto de termo.

A distinção entre os conceitos de colocação e unidades terminológicas multilexémicas, revela-se bastante pertinente, uma vez que nos permite delimitar as fronteiras entre elas.

Costa (2001) usa o termo colocação para dar conta das sequências de lexemas terminológicos que co-ocorrem, frequentemente, mas que não designam conceitos, não



podendo desta feita ser confundidos com as unidades terminológicas multilexémicas, que são, ainda segundo a mesma autora, todas as unidades terminológicas nominais que são constituídas por, no mínimo, dois lexemas ou unidades monolexémicas separados por um espaço em branco, resultando das duas combinatórias morfolexémicas e sintáticas numa denominação (cf. Costa 2001: 147 e 154).

A autora supracitada mostra claramente que o que caracteriza as unidades terminológicas multilexémicas é a própria denominação, ou seja, o facto de o conjunto dessas unidades remeterem para um único conceito, o que não acontece com as colocações.

Assim, em contexto de especialidade, sempre que a totalidade da combinação não nos remeter para um único conceito, assumimos estar perante uma colocação terminológica e não perante uma unidade terminológica multilexémica, exactamente pelo facto de a totalidade da combinação não remeter para um único conceito.

Segundo Costa e Silva (2004) “ o especialista identifica o conceito para o qual remete um dos lexemas que tem o estatuto de unidade terminológica e que num determinado contexto sintagmático atrai um outro lexema que pode ser terminológico, sendo a totalidade da construção morfo-sintáctica um não termo, considerando que o seu conjunto, geralmente, não remete para um conceito” (Costa e Silva 2004:1). No entanto, as autoras realçam que nalguns casos as colocações terminológicas podem assumir o estatuto de unidades terminológicas. Isso verifica-se sempre que a relação de dependência entre as unidades lexicais que constituíam originalmente a colocação terminológica se solidifica, adquirindo assim um grau de coesão lexical muito mais forte entre as unidades. Exemplificam com termos tais como *tirar sangue*, *medir a temperatura* e *medir a febre* (Ibidem).

Nos pontos que se seguem apresentaremos critérios para identificação das colocações, e analisaremos as suas estruturas com base na fundamentação teórica que acabamos de apresentar.

### 4.3. Critérios para identificação das colocações no *corpus*

Para proceder à identificação das colocações no *corpus*, foi necessário numa primeira fase estabelecer critérios para distingui-las das unidades terminológicas multilexémicas, uma vez que as fronteiras entre umas e outras não são muito nítidas, como ficou explanado no ponto anterior.

Assim, enumeramos de seguida, alguns critérios por nós estabelecidos, para a identificação das colocações no nosso *corpus*:

1- As colocações devem ser constituídas por no mínimo, duas unidades lexicais, que podem ser nomes [N], verbos [V], adjectivos [Adj.] e advérbios [Adv.], tal como podemos constatar nos seguintes exemplos:

- [[agravo] N [interposto] V]
- [[advogado] N [faltoso] Adj]
- [[oposição] N [espontânea] Adj]

2- Para além das estruturas supramencionadas, as colocações podem ainda conter nas suas estruturas preposições [Prep.] e quantificadores [Qtf.]:

- [[acordo] N [das] prep [partes] N]]
- [[recurso] N [da] prep [decisão] N]]
- [[mediante] prep [embargos] N]

3- A *frequência* de uso, ou seja, o número de vezes que cada combinatória lexical se repete no *corpus*, é também um critério importante para a identificação das colocações. Decidimos, por isso, recolher todas as combinatórias com frequência superiores a cinco no *corpus*. Numa fase posterior, tornou-se importante separar as colocações terminológicas das restantes combinatórias terminológicas multilexémicas. Após a separação de todas as combinatórias terminológicas multilexémicas, procedemos a identificação das colocações.

4- Aliada à frequência de uso, para a selecção das colocações, valorizamos também a *frequência* de repetição das unidades lexicais que compõem a própria estrutura, ou seja o facto de serem da mesma família morfológica: Exemplo:

- [[acção] N[ respectiva] N]
- [[acção] N [principal] N]

Assim, com base nos critérios supra indicados, decidimos focalizar o nosso estudo apenas nas colocações nominais que na sua estrutura contemplem pelo menos um adjetivo.

No entanto, antes de proceder a análise das colocações terminológicas seleccionadas, faremos de seguida um breve enquadramento sobre os adjektivos.

#### **4.4. Adjectivos: breve enquadramento**

As gramáticas tradicionais definem o adjectivo como sendo a classe de palavras que delimita ou modifica o nome. Vejamos o que dizem algumas gramáticas sobre os adjectivos:

Segundo a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* o adjectivo é essencialmente um modificador do substantivo que serve para caracterizar os seres, os objectos ou as noções nomeada pelo substantivo, indicando-lhes uma qualidade (*homem perverso*), um modo de ser (*pessoa simples*), um aspecto ou aparência (*céu azul*) ou um estado (*casa arruinada*) (Cunha & Cintra 2002:247). Já a *Gramática da Língua Galega*, vai mais longe ao afirmar que o adjectivo expressa primariamente qualidades e propriedades de diferente tipo atribuídas ou nomeadas pelo substantivo tais como: valor (*bo, malo, limpo, cocho, pobre, rico*, etc), dimensões (*longo, curto, baixo, alto, grande, pequeno...*), propriedades físicas (*dondo, áspero, salgado, doce, pesado, livián*, etc), cor (*amarelo, verde, azul*, etc), velocidade (*rápido, lento*, etc), idade ou tempo (*novo, vello, antigo, recente*, etc), características humanas (*listo, parvo, serio, alegre, feliz, desgraciado*, etc), entre outros (Àlvarez & Xove 2002:411).

Assim como os nomes, os adjectivos podem flexionar-se em *género* e *número*.

Para o caso do *número*, salvo algumas exceções, o adjetivo assume a forma singular ou plural do nome a que se refere. Assim teremos *aluno estudioso* / *alunos estudiosos* para os dois casos<sup>7</sup>.

Para o caso do *gênero*, também, salvo algumas exceções, o adjetivo concorda com o nome a que se refere. Diz a *Moderna Gramática Portuguesa* que “o adjetivo concorda também em gênero com o substantivo a que se refere. Conhece, assim, os gêneros comuns ao substantivo: masculino e feminino. Todavia, esta distinção (em gênero e em número) tem diferente valor referencial no substantivo e no adjetivo; no substantivo, o gênero e o número modificam a referência, enquanto no adjetivo designam sempre a mesma qualidade e só se explicam como simples repercussão da relação sintáctica (concordância) que se instaura entre o determinado e o determinante, nada acrescentando semanticamente. Diferente de *menino* / *menina*, o adjetivo *estudioso*/ *estudiosa* não assinala *menino* como da classe dos machos nem *menina* da classe das fêmeas” (Bechara 2001: 145).

Quanto ao número e gênero dos adjetivos, a *Grammaire méthodique du français* (Riegel et al.) acrescenta ainda que “selon la formule consacrée, l’adjectif s’accorde en genre et en nombre avec le nom auquel il se rapporte. Pour le nombre, l’adjectif fonctionne comme le nom: il oppose une forme du singulier à une forme du pluriel. Pour le genre, le marquage est différent: le nom possède généralement un genre constant (masculin ou féminin), alors que l’adjectif présente un genre variable (masculin et féminin)” (Riegel et al., 1994: 358).

#### 4.5. Tipos de adjetivos

Tendo como suporte base algumas gramáticas de diferentes línguas (língua portuguesa, francesa e galega), apresentaremos de seguida, alguns traços que são essenciais para a diferenciação dos vários tipos de adjetivos, bem como algumas especificidades dos mesmos.

---

<sup>7</sup> os dois exemplos supra mencionados foram retirados da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (Cunha & Cintra 2002:252) e da *Moderna Gramática Portuguesa* (Bechara 2001: 145)

#### 4.5.1 Adjectivos qualificativos vs. adjectivos relacionais

Segundo a *Gramática da Língua Portuguesa*, os adjectivos são tradicionalmente classificados em duas grandes categorias: os “*adjectivos modificadores* ou *qualificativos* e os *relacionais*” (Mateus et al. 2003: 377).

Os *adjectivos modificadores* ou *qualificativos*, assim como o próprio termo indica “exprimem qualidades, estados, modos de ser de entidades denotadas pelos nomes (*menino lindo, casa grande, vestido vermelho*, etc.)”. Já os *adjectivos relacionais*, ainda segundo a *Gramática da Língua Portuguesa* “são também designados adjectivos temáticos e referenciais, geralmente denominais, que representam argumentos dos nomes com os quais são combinados e que por isso recebem relações temáticas diversificadas: de Agente (*a revolta estudantil, a destruição romana da cidade, a recusa presidencial, a aprovação ministerial*); de experienciador (*preocupação popular*); de Tema (*crítica musical*) de Possuidor (*trânsito urbano*)” (Mateus et al. 2003: 377). Ainda em relação aos adjectivos relacionais, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* acrescenta que “estabelecem com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, de propriedade, de procedência, etc.” (Cintra 2002:247).

Geralmente, os adjectivos relacionais, estabelecem com o nome uma relação que em muitos casos é identificada pela preposição “de”. Segundo a *Gramática da Língua Galega* (Àlvarez & Xove 2002) “os relacionais equivalen en xeral a sintagmas formados pola preposición *de* e unha FN (Frase Nominal) que ten como N (Núcleo) o subst. do que deriva o adx.: *un día de festa / un día festivo, un día de inverno / un día invernál, aro de metal / aro metálico, asunto do goberno / asunto gobernamental, discusións do orzamento / discusións orzamentais*, etc.”. No entanto a mesma gramática faz uma ressalva, dizendo que o facto de geralmente os adjectivos relacionais equivalerem a sintagmas formados pela preposição *de* e uma FN que tem como N o nome de que deriva o adjectivo não significa que todos os adjectivos relacionados por derivação com *de* + nome sejam relacionais. Apresenta como excepção, por exemplo o caso de *dia soleado, casa luxosa* que equivalem a *dia de sol* e *casa de luxo* em que *soleado* e *luxosa* não são adjectivos relacionais mas sim qualificativos ou atributivos. E pode ainda haver adjectivos relacionais sem equivalência com *de* + nome como é o caso de *escaleiras mecânicas* no galego. (cf. Àlvarez & Xove 2002:413)

A *Grammaire méthodique du français* (Riegel et al., 1994: 356) acrescenta ainda que os adjectivos relacionais “ (...) constituent-ils l'équivalent syntaxique et sémantique d'un

complément du nom ou d'une relative qui expliciteraient cette relation: *Un objet métallique* [= *en métal*] – *La cote présidentielle* [= *du président*] *en chute libre*, titre de journal – *Affaissements miniers* [sur un panneau routier = *Affaissement qui sont provoqués par des galeries de mines sous la route*].

Uma outra diferença entre os adjetivos qualificativos e os relacionais é apontada pela *Gramática da Língua Galega* (Álvarez & Xove 2002) que diz que os adjetivos atributivos admitem todos os tipos de quantificação intensificadora enquanto os relacionais raramente admitem intensificações. A gramática apresenta como exemplo para os qualificativos: *terras moi amplas, amplísimas; os ventos máis fortes; un día un pouco triste, uns aros bem fermosos*, etc. Para os relacionais, a gramática afirma que dificilmente considerar-se-ia aceitáveis expressões como: *terras moi vilegas, vileguísimas; os ventos máis invernais* (co significado 'da estación do inverno', non co de 'duro, cru'); *un día un pouco festivo* (co significado de 'non laborable'), *uns aros bem metálicos*, etc. (cf. Álvarez & Xove 2002: 414).

Os adjetivos qualificativos (*atributivos* no galego e *qualificatifs* no francês) caracterizam-se também pela possibilidade de anteposição ou posposição ao nome enquanto os relacionais normalmente vêm pospostos ao nome, sendo que, a sua anteposição “provoca uma valorização de sentido muito sensível (Cunha & Cintra 2002: 248). A *Gramática da Língua Galega* (Álvarez & Xove 2002) acrescenta que “os adx. atributivos podem antepoñerse e pospoñerse ó subst., ainda que a función modificadora é diferente segundo a orde” e apresenta como exemplo *os vehículos lentos* e *os lentos vehículos*. Já os adjetivos relacionais, ainda segundo a mesma gramática “só admitem a posposición: *as escaleiras mecânicas, os días festivos* ('non laborables'), *os días invernais* ('do inverno'). Se hai anteposición, esta implica cambio de significado do adx., que toma um sentido “figurado”, co que pode aparecer tamém posposto; o adx. É neste caso atributivo: *os mecânicos xestos / os xestos mecânicos de Laura* (inadvertidos, sem pensar); *o festivo ton / o ton festivo que empregou* ('allegre') (cf. Álvarez & Xove 2002: 413 - 414).

Porém, a *Gramática da Língua Portuguesa* ressalva que há adjetivos que têm unicamente um valor restritivo, classificatório e por isso só ocorrem em posição pós-nominal; estão neste caso os adjetivos técnicos (*um triângulo equilátero / \* um equilátero triângulo*), os adjetivos de relação ou temáticos (*o turismo estudantil / \* o estudantil turismo*), os que

designam estado, origem, cor, matéria, nacionalidade (*o vestido vermelho* / \* *o vermelho vestido*; *a mulher portuguesa* / \* *a portuguesa mulher*) (Mateus et all. 2003: 379).

A *Gramática da Língua Portuguesa*, acrescenta ainda que, sintacticamente, os adjectivos relacionais e qualificativos comportam-se de forma distinta. “Os adjectivos qualificativos podem surgir quer em posição atributiva, como adjectivos adnominais (*os meninos lindos* / *os lindos meninos*), quer em posição predicativa (*os meninos são* / *estão lindos*). Os adjectivos relacionais não podem, em geral, ocorrer em posição predicativa (\* *a revolta foi estudantil* / \* *a recusa é presidencial*). Nos adjectivos qualificativos há muitos que são graduáveis, os relacionais nunca o são (*este menino muito lindo* / \* *a revolta muito estudantil*)”. Por fim, a mesma gramática acrescenta que “os adjectivos qualificativos têm em geral antónimos (por gradação): *lindo* / *feio*, *grande* / *pequeno*, *quente* / *frio*; os relacionais não têm: *estudantil* / \* *não estudantil* (cf. Mateus et all. 2003: 377).

#### **4.5.2. Adjectivos modificadores do significado ou intensão dos nomes vs adjectivos negativos e conjecturais**

Diferentemente das outras gramáticas que consultamos, a *Gramática da Língua Portuguesa* é bastante inovadora, uma vez que a par dos adjectivos qualificativos e relacionais, apresenta outras subcategorias de adjectivos, como é o caso dos **adjectivos modificadores do significado ou intensão dos nomes** que não qualificam os nomes e exprimindo valores ligados a quantificação e intensidade (*principal*, *mero*, *pleno*) e os **adjectivos negativos e conjecturais** (*falso*, *presumível*). Esses adjectivos não podem ocorrer em posição predicativa, mas aparecem geralmente em posição pré-nominal (*a principal revolta* / *a revolta principal* / \**A revolta é principal*) (Mateus et all. 2003: 377).

#### **4.5.3. Adjectivos modais vs adjectivos temporais - aspectuais**

A *Gramática da Língua Portuguesa* faz ainda referência aos **adjectivos modais** (*possível*, *provável*) e os **temporais – aspectuais** (*frequente*, *permanente*, *súbito*). Esses adjectivos “geralmente afectam nomes deverbais que mantêm a leitura correspondente aos verbos de que derivam, embora possam igualmente modificar nomes não deverbais. Estas duas classes podem surgir em posição pré e pós-nominal e em posição predicativa (*uma possível* /

*provável derrota dos independentistas; uma derrota possível / provável dos independentistas; A derrota é possível)*” (Mateus et all. 2003: 378).

De todas as gramáticas que consultámos, a *Gramática da Língua Portuguesa* apresenta a mais completa tipologia de adjectivos. Assim, ao longo do presente trabalho, adoptaremos às seis subcategorias de adjectivos nela proposta e que foram supra indicadas.

#### 4.6. Graduação dos adjectivos

Como referimos no ponto anterior, os adjectivos relacionais nunca são graduáveis (a revolta estudantil / \* a revolta muito estudantil).

Assim, neste ponto focalizaremos a nossa atenção nos adjectivos qualificativos, já que esses podem ser graduáveis e não graduáveis.

Segundo a *Gramática da Língua Portuguesa* a graduação dos adjectivos é um parâmetro “decisivo para diferenciar adjectivos que designam qualidades ou propriedades que admitem uma escala de valores e os que não têm essa propriedade” (Mateus et all. 203: 379).

Esta gramática classifica como **graduáveis** os adjectivos de medida (*alto, recente*) e os valorativos (*bondoso, ilustre*). Esses adjectivos, além de poderem ser modificados por expressões de grau e ocorrerem em construções exclamativas, comparativas, consecutivas, podem surgir quer em posição pré-nominal quer em posição pós-nominal. A gramática apresenta como exemplo: “*uma pessoa muito bondosa; os acontecimentos muito recentes; uma cómoda muito pesada; uma bondosa / ilustre / simpática pessoa; os recentes / antigos acontecimentos; uma pesada / longa / alta cómoda*”

A mesma gramática classifica como **não graduáveis** os adjectivos que exprimem nacionalidade, origem, cor, estado e matéria. E são assim denominados, uma vez que não podem ser modificados por expressões de grau, não ocorrem em frases comparativas, consecutivas e exclamativas e surgem em posição pós-nominal. E os exemplos apresentados são: “*um triângulo equilátero; matéria gasosa / líquida / sólida; o relógio dourado; uma blusa azul; as medidas legislativas; um engenheiro civil, a situação política*”.



No entanto, em posição pós-nominal, os adjectivos graduáveis seguem os adjectivos não graduáveis mas nunca o contrário como se pode constatar nos seguintes exemplos: “*a situação política recente* / \* *a situação recente política*”; *um engenheiro civil diligente* / \* *um engenheiro diligente civil*; *uma mulher portuguesa bondosa* / \* *uma mulher bondosa portuguesa*” (Mateus et all. 2003: 380 - 381).

Focalizaremos de seguida, a nossa atenção no grau dos adjectivos propriamente dito. Quanto ao grau dos adjectivos, são dois: o comparativo e o superlativo. Os comparativos podem ser *de superioridade*, *de igualdade* e *de inferioridade*. Já os superlativos podem ser *absoluto* ou *relativo*. Por sua vez, o superlativo absoluto pode ser *sintético* ou *analítico*. E o superlativo relativo pode ser *de superioridade* e *de inferioridade*.

#### **4.6.1. O grau superlativo**

O grau superlativo pode ser *absoluto* ou *relativo*. O *superlativo absoluto* pode ser *sintético* (facílimo, estudiosíssimo) ou *analítico* (muito estudioso, imensamente triste, excepcionalmente cheio, etc.). Porém o *superlativo relativo* pode ainda ser *de superioridade* (*este aluno é o mais estudioso do Colégio*; *João foi o colega mais leal que conheci*) ou *de inferioridade* (*Este aluno é o menos estudioso do Colégio*) (cf. Cunha & Cintra 2002: 256 - 261).

Para além do advérbio *muito*, alguns advérbios podem funcionar como expressões de grau, como é o caso dos advérbios de sentido quantitativo e de intensidade / maneira que podem até anteceder as expressões de grau: “*Ela é imensamente magra*; *Aquela faculdade é bastante* / *consideravelmente mais produtiva do que esta*; *Aquela faculdade está razoavelmente* / *claramente bem apetrechada*” (cf. Mateus et all. 2003: 388).

#### **4.6.2. O grau comparativo**

O grau *comparativo* pode ser *de superioridade* (*Pedro é mais estudioso do que o Paulo*), *de inferioridade* (*Paulo é menos estudioso do que o Álvaro*) e *de igualdade* (*Álvaro é tão estudioso como Pedro*) (cf. Cunha & Cintra 2002: 256).

Após o breve enquadramento acima apresentado, de seguida focalizaremos a nossa atenção nas colocações terminológicas por nós seleccionadas para análise.

#### **4.7. Identificação das colocações no *corpus***

Como anteriormente referimos, de todas as colocações terminológicas por nós seleccionadas, decidimos focalizar a nossa análise nas colocações terminológicas nominais que tenham no mínimo um adjectivo na sua estrutura. No caso de a estrutura ter na sua constituição mais do que um adjectivo, no mínimo um desses adjectivos deverá estar posposto a um nome.

Assim, identificamos no *corpus* as seguintes estruturas:

1. [N+Adj]
2. [N+Adj+Prep+N]
3. [N+Adj+Prep+N+Adj]
4. [N+Adj+Prep+N+Prep+N]
5. [N+Adv+Adj]
6. [N+Prep+N+Adj]
7. [N+Prep+N+Prep+N+Adj]
8. [N+Prep+Adj+N+Prep+N]

Para cada estrutura supra mencionada, apresentaremos de seguida, algumas colocações terminológicas.

No entanto, dedicaremos, inicialmente, a nossa atenção às combinatórias **1. [N+Adj]**, independentemente de serem unidades terminológicas multilexémicas, colocações terminológicas ou outro tipo de combinação terminológica. Isto porque, no nosso *corpus*, deparámos com algumas combinatórias em que nos foi difícil perceber se se tratavam de

unidades terminológicas multilexémicas, colocações terminológicas ou meras combinatórias que ocorrem em conjunto no *corpus*. Assim, com a ajuda de vários dicionários jurídicos monolíngues e bilingues, foi-nos possível assumir algumas das combinatórias como sendo unidades terminológicas multilexémicas, sempre que no mínimo um dos dicionários apresente a respectiva definição do termo.

Quanto às combinatórias terminológicas que não encontrámos as suas definições em nenhum dos dicionários jurídicos ao nosso dispor, decidimos apresentá-las no presente trabalho, por acharmos que, são potenciais exemplos para demonstrar que nem sempre a diferença entre as colocações terminológicas, as unidades terminológicas multilexémicas e várias outras combinatórias é nítida.

Vejamos os seguintes exemplos:

- *advogado faltoso*

**Contexto**

Fora destas circunstâncias, a falta de advogado não determina o adiamento da audiência, mas os depoimentos serão registados, facultando-se ao advogado faltoso a sua audição e eventual requerimento de nova inquirição da testemunha. Esta faculdade só é recusada quando o motivo da falta for julgado injustificado ou se, tendo havido acordo na marcação, o faltoso não tiver cumprido dever de comunicar atempadamente a falta ao tribunal.

- *acção respectiva*

**Contexto**

A improcedência da habilitação não obsta a que o requerente deduza outra, com fundamento em factos diferentes ou em provas diversas relativas ao mesmo facto. A nova habilitação, quando fundada nos mesmos factos, pode ser deduzida no processo da primeira, pelo simples oferecimento de outras provas, mas as custas da primeira habilitação não serão atendidas na acção respectiva.

- *carta registada*

**Contexto**

A notificação das autoridades é feita pelo correio, em carta registada. O prazo para a resposta começa a contar-se cinco dias depois de expedida a carta, ou finda a dilação fixada pelo juiz ou relator quando a carta for expedida para fora do continente ou da ilha em que se processa o conflito.

- *carta simples*

#### **Contexto**

Recebida a comunicação do autor, se a citação ainda não tiver sido efectuada, será realizada mediante o envio de carta simples, dirigida ao citando e endereçada para o domicílio ou sede entretanto indicado pelo autor; se a citação tiver sido realizada em data posterior à alteração do domicílio ou sede do citando, comunicada em tempo ao autor, e o citando não tiver intervindo no processo, o juiz ordenará a repetição da citação mediante o envio de carta simples nos termos expostos para a situação anterior.

- *código vigente*

#### **Contexto**

A recondução das diferentes formas de intervenção de terceiros a alguma daquelas três modalidades essenciais ditou o desaparecimento da previsão, como incidentes autónomos, da nomeação à acção, do chamamento à autoria e do chamamento à demanda, que o Código vigente previne e regula logo no início da secção referente à intervenção de terceiros.

- *despacho determinativo*

#### **Contexto**

Nos 10 dias seguintes proferir-se-á despacho determinativo do modo como deve ser organizada a partilha. Neste despacho são resolvidas todas as questões que ainda o não tenham sido e que seja necessário decidir para a organização do mapa da partilha, podendo mandar-se proceder à produção da prova que se julgue necessária. Mas se houver questões de facto que exijam larga instrução, serão os interessados remetidos nessa parte para os meios comuns.

- *direito vigente*

#### **Contexto**

Preocupação fundamental nesta área foi obstar à previsão de incidentes, legalmente autonomizados, com campos de aplicação parcialmente sobrepostos, poupando às partes e à actividade judiciária os inconvenientes decorrentes da existência de dúvidas fundadas - expressos, muitas vezes, em correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes - sobre qual desses incidentes é, em cada caso, o «próprio», como inquestionavelmente sucede, no direito vigente, com a delimitação do campo de aplicação do incidente de chamamento à autoria, chamamento à demanda e intervenção principal provocada passiva.

- *disposições reguladoras*

#### **Contexto**

São subsidiariamente aplicáveis ao processo de execução, com as necessárias adaptações, as **disposições reguladoras** do processo de declaração que se mostrem compatíveis com a natureza da acção executiva.

- *litisconsórcio necessário*

#### **Contexto**

Sendo vários os vencedores, todos eles devem ser notificados do despacho que admite o recurso; mas é lícito ao recorrente, salvo no caso de **litisconsórcio necessário**, excluir do recurso, no requerimento de interposição, algum ou alguns dos vencedores.

- *oposição espontânea*

#### **Contexto**

A principal inovação, no que ao incidente de oposição respeita, é a inclusão no seu âmbito do processo de embargos de terceiros, perspectivados como verdadeira subespécie da **oposição espontânea**, caracterizada por se inserir num processo que comporta diligências de natureza executiva (penhora ou qualquer outro acto de apreensão de bens) judicialmente ordenadas, opondo o terceiro embargante um direito próprio, incompatível com a subsistência dos efeitos de tais diligências.

- *juiz relator*

#### **Contexto**

Nos casos referidos nos nºs 2 a 4, o tribunal de recurso procederá à audição ou visualização dos depoimentos indicados pelas partes, excepto se o **juiz relator** considerar necessária a sua transcrição, a qual será realizada por entidades externas para tanto contratadas pelo tribunal.

Como se pode constatar dos exemplos supra apresentados, nalguns casos somos tentados a concluir que estamos perante unidades terminológicas multilexémicas (*advogado faltoso, carta registada, juiz relator, disposições reguladoras*) e noutros casos perante colocações terminológicas (*carta simples, litisconsórcio necessário, acção respectiva*). No entanto, para fazer tal afirmação seria necessário um estudo exaustivo dessas combinatórias. E, no âmbito em que se insere o presente trabalho, não é possível, porque não temos à nossa disposição, dados suficientes para fundamentar as nossas decisões.

Contrariamente aos exemplos supra apresentados, os exemplos que se seguem, são, unidades terminológicas multilexémicas, uma vez que a totalidade da combinatória remete para um único conceito, sendo que procedemos à confirmação das respectivas definições em vários dicionários jurídicos. Vejamos:

- *actos processuais*

**Contexto**

A manutenção da ordem nos actos processuais compete ao magistrado que a eles presida, o qual tomará as providências necessárias contra quem perturbar a sua realização, nomeadamente advertindo com urbanidade o infractor, ou retirando-lhe mesmo a palavra, quando ele se afaste do respeito devido ao tribunal ou às instituições vigentes, especificando e fazendo consignar em acta os actos que determinaram a providência, sem prejuízo do procedimento criminal ou disciplinar que no caso couber.

- *custas judiciais*

**Contexto**

A falta de entrega desse documento na prática de qualquer outro acto processual que exija pagamento de taxa de justiça inicial ou subsequente pode ser sempre ultrapassada através da sua junção no prazo de 10 dias, aplicando-se as cominações previstas nas disposições relativas a custas judiciais.

- *bens penhoráveis*

**Contexto**

Assim, considera-se que o princípio da cooperação implica, desde logo, que o tribunal deva prestar o auxílio possível ao exequente quanto este justificadamente alegue e demonstre existirem dificuldades sérias na identificação ou localização de bens penhoráveis do executado.

- *procedimento cautelar*

**Contexto**

O procedimento cautelar é sempre dependência da causa que tenha por fundamento o direito acautelado e pode ser instaurado como preliminar ou como incidente de acção declarativa ou executiva.

- *sentença homologatória*

#### **Contexto**

Quando a nulidade provenha unicamente da falta de poderes do mandatário judicial ou da irregularidade do mandato, a sentença homologatória é notificada pessoalmente ao mandante, com a cominação de, nada dizendo, o acto ser havido por ratificado e a nulidade suprida; se declarar que não ratifica o acto do mandatário, este não produzirá quanto a si qualquer efeito.

- *prova pericial*

#### **Contexto**

Se for ordenada a realização do inquérito à sociedade, o juiz fixará os pontos que a diligência deve abranger, nomeando o perito ou peritos que deverão realizar a investigação, aplicando-se o disposto quanto à prova pericial.

- *processo sumário*

#### **Contexto**

Se o valor da causa exceder a alçada da Relação, empregar-se-á o processo ordinário; se a não exceder, empregar-se-á o processo sumário, excepto se não ultrapassar o valor fixado para a alçada do tribunal de comarca e a acção se destinar ao cumprimento de obrigações pecuniárias, à indemnização por dano e à entrega de coisas móveis, porque nestes casos, não havendo procedimento especial, o processo adequado é o sumaríssimo.

- *providências cautelares*

#### **Contexto**

Durante a realização do inquérito, pode o tribunal ordenar as medidas cautelares que considere convenientes para garantia dos interesses da sociedade, dos sócios ou dos credores sociais, sempre que se indiciem a existência de irregularidades ou a prática de quaisquer actos susceptíveis de entravar a investigação em curso, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o preceituado quanto às providências cautelares.

- *tribunal arbitral*

#### **Contexto**

Lavrado no processo o termo de compromisso arbitral ou junto o respectivo documento, examinar-se-á se o compromisso é válido em atenção ao seu objecto e à qualidade das pessoas; no caso afirmativo, a instância finda e as partes são remetidas para o tribunal arbitral, sendo cada uma delas condenada em metade das custas, salvo acordo expresso em contrário.

- *tribunal singular*

#### **Contexto**

Nos processos pendentes em que já tenha sido requerida a intervenção do tribunal colectivo, as partes podem acordar na realização da audiência por tribunal singular, devendo desse facto informar o respectivo tribunal, pelo menos 30 dias antes da data marcada para a sua realização.

- *título executivo*

#### **Contexto**

O credor que possua título executivo, em vez de contestar, pode requerer, dentro do prazo facultado para a contestação, a citação do devedor, seja ou não o depositante, para em 10 dias completar ou substituir a prestação, sob pena de se seguirem, no mesmo processo, os termos da respectiva execução.

De todos os exemplos que acabámos de apresentar, podemos concluir que embora frequentemente seja fácil distinguir as colocações terminológicas das unidades terminológicas, nem sempre isso acontece. Nalguns casos, um estudo exaustivo dessas combinatórias terminológicas, com a ajuda de dicionários jurídicos pode ser a melhor alternativa, em vez de sermos induzidos à concluir de imediato que estamos perante um ou outro tipo de combinação terminológica.

Posto isto, de seguida continuaremos com a apresentação das colocações terminológicas que constam do nosso *corpus*, assim como supra indicado:

## **2. [N+Adj+Prep+N]**

[[prestação] N [espontânea] Adj [de] Prep [caução] N]

[[processo] N [pendente] Adj [de] Prep [recurso] N]

[[valor] N [extraprocessual] Adj [das] Prep [provas] N]

[[intervenção] N [acidental] Adj [na] Prep [causa] N]

[[competência] N [absoluta] Adj [do] Prep [tribunal] N]



[[direito] N [real] Adj [de] Prep [garantia] N]

[[direitos] N [insusceptíveis] Adj [de] Prep [hipoteca] N]

[[efeito] N [útil] Adj [da] Prep [acção] N]

[[execução] N [especial] Adj [por] Prep [alimentos] N]

[[intervenção] N [obrigatória] Adj [de] Prep [advogado] N]

[[nomeação] N [incidental] Adj [de] Prep [curador] N]

### **3. [N+Adj+Prep+N+Adj]**

[[processo] N [aplicável] Adj [à] Prep [causa] N [principal] Adj]

[[execução] N [baseada] Adj [em] Prep [decisão] N [arbitral] Adj]

[[intervenção] N [principal] Adj [do] Prep [ministério] N [público] Adj]

[[notificação] N [sucessiva] Adj [dos] Prep [herdeiros] N [imediatos] Adj]

### **4. [N+Adj+Prep+N+Prep+N]**

[[deligências] N [indispensáveis] Adj [à] Prep [realização] N [da] Prep [assembleia]

[[diligências] N [necessárias] Adj [à] Prep [citação] N [do] Prep [réu]

[[disposições] N [reguladoras] Adj [do] Prep [processo] N [de] Prep [declaração]

## 5. [N+Adv+Adj]

[[bens] N [parcialmente] Adv [penhoráveis] Adj]

[[efeito] N [meramente] Adv [devolutivo] Adj]

## 6. [N+Prep+N+Adj]

[[transparência] N [da] Prep [acção] N [executiva] Adj]

[[autonomização] N [das] Prep [acções] N [possessórias] Adj]

[[expedição] N [de] Prep [carta] N [precatória] Adj]

[[cumulação] N [de] Prep [providências] N [cautelares] Adj]

[[ampliação] N [da] Prep [competência] N [territorial] Adj]

[[substituição] N [do] Prep [curador] N [provisório] Adj]

[[realização] N [das] Prep [diligências] N [probatórias] Adj]

[[aperfeiçoamento] N [do] Prep [requerimento] N [executivo] Adj]

[[intervenção] N [do] Prep [tribunal] N [colectivo] Adj]

[[convocação] N [da] Prep [audiência] N [preliminar] Adj]

## 7. [N+Prep+N+Prep+N+Adj]

[[manutenção] N [da] Prep [ordem] N [nos] Prep [actos] N [processuais] N]

[[comparência] N [dos] Prep [peritos] N [na] Prep [audiência] N [final] N]

[[processo] N [de] Prep [cumprimento] N [da] Prep [carta] N [rogatória] N]

[[pagamento] N [da] Prep [taxa] N [de] Prep [justiça] N [inicial] N]

[[decretamento] N [da] Prep [dissolução] N [de] Prep [pessoas] N [colectivas] N]

[[preterição] N [das] Prep [regras] N [de] Prep [competência] N [internacional] N]

[[violação] N [das] Prep [regras] N [de] Prep [competência] N [internacional] N]

[[segurança] N [na] Prep [aplicação] N [do] Prep [direito] N [processual] N]

## 8. [N+Prep+Adj.+N+Prep+N]

[[apreciação] N [do] Prep [Supremo] Adj [Tribunal] N [de] [Justiça] N]

[[decisão] N [do] Prep [Supremo] Adj [Tribunal] N [de] [Justiça] N]

[[intervenção] N [do] Prep [Supremo] Adj [Tribunal] N [de] [Justiça] N]

### 4.8. Análise das estruturas das colocações terminológicas no *corpus*

No âmbito em que se insere o nosso trabalho não será possível analisar todas as colocações supra apresentadas. Assim, seleccionamos as seguintes colocações que serão alvo de uma análise morfo-sintáctica e conceptual:

#### 1. *ampliação da competência territorial*

##### Contexto

A **ampliação da competência territorial** determinada em função do lugar do cumprimento das obrigações aos casos de resolução por incumprimento, consagrando-se a possibilidade de escolha do credor entre os tribunais do local do cumprimento ou do domicílio do réu.

O termo *competência* é juridicamente utilizado para designar a competência que os tribunais detêm. Assim, “o Supremo Tribunal de Justiça tem competência em todo o território nacional, os tribunais de relação no respectivo distrito judicial, e os tribunais de 1ª instância na área das respectivas circunscrições” (Prata 2008:317). Assim, *ampliar a competência territorial* implica alargar a competência de um dos tribunais supra indicado.

De um ponto de vista linguístico, o adjectivo *territorial* é um adjectivo relacional. Como tal, não é graduável (\* *ampliação da competência muito territorial*); vem sempre posposto ao nome, não admitindo anteposição (*ampliação da competência territorial* / \* *ampliação da territorial competência*); não possui um antónimo (*territorial* / \* *não territorial*).

A par da colocação terminológica *ampliação da competência territorial*, nas seguintes colocações terminológicas, o adjectivo tem um funcionamento igual ou idêntico: *produção de prova pericial*, *simplificação da lei processual*, *segurança na aplicação do direito processual*, *imediata apresentação do relatório pericial*, *execução baseada em decisão arbitral*, *cumulação de providências cautelares*, *manutenção da ordem nos actos processuais*.

## **2. prestação espontânea de caução**

### **Contexto**

#### **ARTIGO 988.º (Prestação espontânea de caução)**

1. Sendo a caução oferecida por aquele que tem obrigação de a prestar, deve o autor indicar na petição inicial, além do motivo por que a oferece e do valor a caucionar, o modo por que a quer prestar.

O adjectivo *espontâneo* é um adjectivo qualificativo que pode antepor ou pospor o Nome (*prestação espontânea de caução* / *espontânea prestação de caução*) sem alterar seu significado.

Juridicamente, o termo *caução espontânea* é utilizado para referir às situações em que alguém se encontra obrigado à prestação de caução, sendo que pode oferecê-la espontaneamente. Caso isso seja feito em tribunal, implica que tenha de “indicar na petição inicial, além do motivo por que a oferece e do valor a caucionar, o modo por que a quer prestar” (Prata 2008:247). Paralelamente, o termo *caução forçada* é juridicamente utilizado para referir às situações em que alguém tenha direito a que a seu favor seja prestada caução. Caso o devedor não se disponha voluntariamente a oferecê-lo, pode aquele dirigir-se ao tribunal requerendo a respectiva prestação, para o que deve indicar o motivo por que a pede e o valor que deve ser caucionado (Prata 2008:247).

Assim, os termos *caução espontânea* e *caução forçada* mostram claramente uma outra particularidade dos adjectivos qualificativos, que é a possibilidade de os adjectivos possuírem antónimos (*espontânea* / *forçada*).

O adjectivo *espontâneo*, por ser um adjectivo qualificativo pode ainda ser graduável (*espontânea* / *muito espontânea*).

### **3. *apreciação do Supremo Tribunal de Justiça***

#### **Contexto**

Assim, dispõe-se que só terá cabimento o recurso per saltum quando não haja agravos retidos que devam subir, nos termos do nº1 do artigo 735º, conjuntamente com o interposto da decisão de mérito que se pretende submeter directamente à **apreciação do Supremo Tribunal de Justiça**.

O termo *supremo*, do Latim “suprémus” significa “o mais alto, muito elevado; soberano, o primeiro; que está na extremidade; o último, o derradeiro” (Houaiss 2001).

O adjectivo *supremo*, sendo um adjectivo qualificativo, funciona aqui como um modificador do nome *tribunal*. Assim, o termo *Supremo Tribunal de Justiça* é o “tribunal que exerce jurisdição em todo o território nacional, ou seja, é o órgão superior da hierarquia dos tribunais” (Prata 2008: 1386).

*Supremo* é um adjectivo que tanto pode antepor, como pospor o nome (*supremo tribunal* / *tribunal supremo*).

### **4. *processo aplicável à causa principal***

#### **Contexto**

Findos os articulados da oposição, procede-se ao saneamento e condensação, quanto à matéria do incidente, nos termos da forma de **processo aplicável à causa principal**.

O adjectivo *principal* não qualifica o nome, e tampouco estabelece com o nome uma relação. Assim sendo, não pode ser um adjectivo qualificativo ou relacional.

*Principal* é um adjectivo modificador do significado ou intensão do nome. Pode vir anteposto ou posposto ao nome (*principal causa* / *causa principal*), no entanto não pode ocorrer em posição predicativa (\* *A causa é principal*) e nem admite graduação (\* *causa muito principal*).

## **5. duração provável das diligências**

### **Contexto**

O juiz designa logo a data da audiência final, ponderada a **duração provável das diligências** a realizar antes dela.

*Provável* pertence à classe dos adjectivos modais. Assim sendo, afecta o nome *duração*. É um adjectivo que pode antepor ou pospor o nome (*uma duração provável* / *uma provável duração*) e pode ainda ser graduável (*a duração é muito provável*).

*Provável*, assim como vários adjectivos, possui um antónimo (*improvável*).

## **6. bens parcialmente penhoráveis**

### **Contexto**

#### **(Bens parcialmente penhoráveis)**

Não podem ser penhorados: a) Dois terços dos vencimentos ou salários auferidos pelo executado; b) Dois terços das prestações periódicas pagas a título de aposentação ou de outra qualquer regalia social, seguro, indemnização por acidente ou renda vitalícia, ou de quaisquer outras pensões de natureza semelhante.

*Penhora* é o “acto judicial de apreensão dos bens do executado, que ficam à disposição do tribunal para o exequente ser pago por eles” (Prata 2008: 1047). No entanto, nem todos os bens são susceptíveis de serem penhorados. Prata (2008) define como bens penhoráveis todos aqueles que “não se encontrem compreendidos nas categorias de bens absoluta ou totalmente impenhoráveis e de bens relativa ou parcialmente impenhoráveis” (Prata 2008:210).

Na colocação, *bens parcialmente penhoráveis*, é fulcral destacar o funcionamento do advérbio *parcialmente* que, embora não expresse o grau, tem um funcionamento idêntico.

O adjectivo *parcial*, do Latim “*partiális*” significa “parte, porção”. Nesse sentido, o advérbio *parcialmente* é um advérbio de sentido quantitativo que demonstra que um determinado bem, pode ser penhorável em parte e não na sua totalidade.

## ***7. residência permanente do executado***

### **Contexto**

Os bens imprescindíveis a qualquer economia doméstica que se encontrem na residência permanente do executado, salvo se se tratar de execução destinada ao pagamento do preço da respectiva aquisição ou do custo da sua reparação.

O adjectivo *permanente* é um adjectivo temporal – aspectual. *Residência permanente* de alguém é “o local em que ela tem sediada a sua economia doméstica de forma estável e duradoura, aí realizando as actividades que caracterizam a vida não profissional quotidiana” (Prata 2008:1296).

O adjectivo *permanente* pode surgir em posição pré ou pós - nominal (*residência permanente* / *permanente residência*) e em posição predicativa (*a residência é permanente*).

A análise que acabámos de apresentar mostra claramente que o estudo do comportamento dos adjectivos em contexto de especialidade é sem dúvida pertinente. Assim, por não existirem muitos estudos terminológicos sobre as colocações terminológicas que tenham nas suas estruturas adjectivos, no futuro tencionamos prosseguir com este estudo, para que possamos estudar outras particularidades dos adjectivos que não foram abordadas no presente trabalho, levando-nos assim à novas descobertas e conclusões.

## 5. CONSTITUIÇÃO DE BASE DE DADOS

### 5.1. Identificação do perfil do utilizador – alvo

Para a planificação e concepção da proposta de base de dados foi fundamental pensar no utilizador – alvo da mesma.

Numa fase inicial, achámos importante pensar numa proposta de base de dados que auxiliasse de forma directa e eficiente os alunos e professores dos cursos de Direito em Cabo Verde. Esses constituem o nosso utilizador - alvo, embora a futura base de dados possa também ser uma ferramenta indispensável aos futuros estagiários, advogados, juristas, magistrados, juízes, procuradores, etc. de Cabo Verde e dos países da CPLP (cf. Capítulo I).

### 5.2. Ficha terminológica

Ao propor a concepção de uma base de dados terminológica, pensámos nos benefícios que poderá trazer ao utilizador – alvo supra indicado.

Na base de dados, o utilizador terá ao seu dispor um leque de informação que ser-lhe-á útil para o correcto emprego dos termos e das mais variadas combinatórias terminológicas no domínio do Direito Processual Civil.

Assim, numa fase inicial, foi necessário analisar de forma pormenorizada as colocações terminológicas recolhidas no *corpus*, para que, numa fase posterior, pudéssemos decidir que informação deveria constar na base de dados de forma a auxiliar o utilizador.

Para isso, optámos por conceber uma ficha terminológica, uma vez que a base de dados será constituída por um conjunto de fichas terminológicas.

Para a concepção da ficha terminológica, necessitámos também de decidir que informação deveria constar em cada um dos vários campos da ficha.

Após um estudo dos termos e das mais variadas combinatórias terminológicas e dos seus respectivos contextos no *corpus*, decidimos que constariam na ficha terminológica as seguintes informações:



- *Entrada*
- *Contexto*
- *Equivalente em Inglês [English]*
- *Equivalente em Francês [Français]*
- *Equivalente em Caboverdiano [Caboverdiano]*
- *Contexto e Fonte dos equivalentes em Inglês*
- *Contexto e Fonte dos equivalentes em Francês*
- *Contexto e Fonte dos equivalentes em Caboverdiano*
- *Pesquisa*
- *Exercícios livres*

De seguida, passaremos a explicar cada um dos campos que constarão na ficha terminológica.

Para o campo *entrada*, teremos os termos e as combinações terminológicas. Assim, na coluna da direita da base de dados, o utilizador terá acesso a um campo com todas as letras do alfabeto. Ao clicar em cima da letra pretendida, o utilizador terá acesso a todos os termos e combinações com a mesma letra inicial em questão.

Após a selecção do termo ou combinação pretendido, o mesmo aparecerá na segunda coluna, seguido da respectiva classificação morfo-sintáctica, do respectivo contexto em Português e ainda a informação sobre a fonte de onde o termo foi retirado em Português.

No entanto, quando o utilizador sabe exactamente qual o termo que tenciona procurar na base de dados, poderá em alternativa utilizar o campo *pesquisa* que permite digitar e procurar o termo ou a combinação pretendida na base de dados.

Ligeiramente abaixo da entrada em Português, teremos também os campos para os *equivalentes* em Inglês, Francês, e Caboverdiano.

Para além dos equivalentes, teremos ainda os respectivos *contextos* e *fontes* de onde a informação foi extraída em Inglês, Francês e Caboverdiano.

A base de dados terá, ainda, uma outra funcionalidade em paralelo com a ficha terminológica que serão os *exercícios livres*.

### 5.3. Constituição de base de dados

Apresentamos de seguida a nossa proposta de base de dados:

Base de Dados Terminológica e Textual

Observatório do Português Jurídico de Cabo Verde

Pesquisa

Supremo Tribunal de Justiça

ABCDEF GHIJ KLMNOPQR **S** TUVW XYZ

S

subida do recurso  
substituição de garantia  
substituição de testemunhas  
sucessão das partes  
**Supremo Tribunal de Justiça**  
superveniência  
suprimento de consentimento  
suprimento de incapacidade judiciária  
suspeição  
suspensão da acção  
suspensão da audiência  
suspensão da execução  
suspensão da instância  
suspensão das deliberações sociais  
suspensão de prazo judicial  
suspensão de poder paternal  
sustentação do agravo  
sustentação do despacho

Supremo Tribunal de Justiça

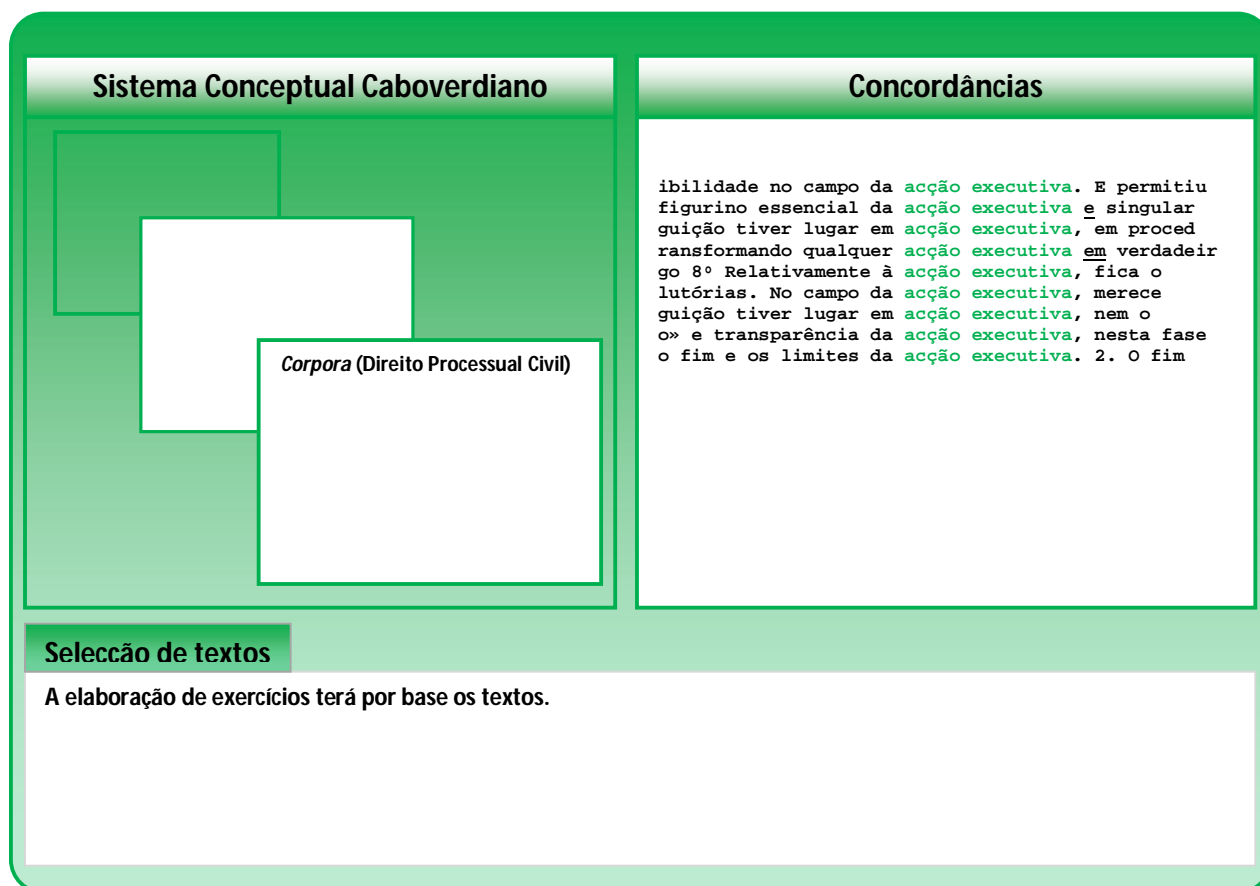
n.m (nome masculino singular).  
O **Supremo Tribunal de Justiça** conhece dos recursos e das causas que por lei sejam da sua competência  
Código do Processo Civil Português: <http://www.stj.pt/nsrepo/geral/cptlp/Portugal/CodigoProcessoCivil.pdf>.

English	Français	Caboverdiano
Supreme Court of Justice	Cour suprême de justice	(Futuramente)
Contexto & Fonte	Contexto & Fonte	Contexto & Fonte
(Futuramente)	(Futuramente)	(Futuramente)

Exercícios Livres

Ao clicar no campo *exercícios livres*, o utilizador terá acesso a vários *exercícios* que têm como objectivo testar e consolidar os conhecimentos adquiridos. Terá ainda acesso às

concordâncias dos termos, e aos próprios textos do Direito Processual Civil que estiveram na base da elaboração dos exercícios, como se pode constatar:



A base de dados terminológica e textual que acabámos de propor, constitui, em nosso entender uma ferramenta indispensável para todos os especialistas e interessados no domínio do Direito Processual Civil. Trata-se de uma proposta, uma vez que numa fase posterior, a base necessitará de ser minuciosamente elaborada por técnicos informáticos qualificados.

Assim, esperamos poder continuar o presente trabalho noutro âmbito, de modo a que a base de dados possa vir a ser implementada num futuro próximo.

## NOTAS CONCLUSIVAS

Ao longo deste trabalho, tivemos como objectivo prioritário o estudo das colocações terminológicas em textos do domínio do Direito Processual Civil.

Assim, foi importante reflectir sobre o papel que a Terminologia assume, hoje em dia, em todas as comunidades linguísticas. Neste sentido, destacámos a importância que os recursos terminológicos assumem para a sustentabilidade das línguas em diversos contextos. Enfatizámos também, que é fulcral a utilização destes recursos terminológicos por diversos grupos socioprofissionais como os tradutores, professores de línguas de especialidade, bibliotecários e especialistas em gestão de informação em organizações, empresas e administração pública, etc. Isto porque, sendo que Cabo Verde é um país de cooperação transnacional muito forte, torna-se imprescindível a organização de sistemas conceptuais em sectores como o ensino, o turismo, a agricultura, as pescas, a economia, o direito, etc, sectores fundamentais para o desenvolvimento do país.

De todas as áreas supracitadas, seleccionámos o Direito como a nossa área de investigação, sendo que dentro de uma área tão vasta como o Direito, elegemos como domínio de especialidade o Direito Processual Civil. Assim, num primeiro momento foi importante delimitar, organizar e estruturar o nosso domínio de especialidade. Esta organização passou obrigatoriamente pela clarificação de conceitos como a *acção declarativa*, a *acção executiva*, a *jurisdição*, entre outros. Foi igualmente necessário fazer uma breve revisão bibliográfica sobre o *Direito Processual Civil*, tendo por base autores como Andrade (1993), Marques (1994), Freitas (1996), Leitão (1997), Telles (1997), Sousa (1998), Prata (2008), etc.

Num segundo momento, constituímos um *corpus* com base em textos do Direito Processual Civil, para que posteriormente pudéssemos centrar na análise das colocações terminológicas. Assim, apresentámos uma abordagem terminológica sobre as colocações em contexto de especialidade, diferenciando-as sempre que possível dos termos, uma vez que nem sempre a diferença entre uns e outros é nítida.

Das várias tipologias de colocações terminológicas por nós seleccionadas, decidimos focalizar a nossa análise nas colocações terminológicas nominais que contemplem no mínimo um adjectivo na sua estrutura. Alguns desses adjectivos foram alvo de uma análise

morfo-sintáctica e conceptual. Porém, futuramente, tencionamos aprofundar e alargar o estudo dos adjectivos em contexto de especialidade, por ser um tema que até o momento não tem sido alvo privilegiado de investigação terminológica.

Propomos ainda a criação de uma base de dados terminológica que tenha como público - alvo os alunos e professores dos cursos de Direito em Cabo Verde, e que possa auxiliar também os alunos e professores da CPLP. Aliada a base de dados, tencionamos alargar o tipo de conteúdos e conceber exercícios que tenham por base os textos do domínio do Direito Processual Civil, de forma a consolidar os conhecimentos adquiridos pelos alunos e demais interessados.

Assim, acreditamos que o presente trabalho, embora em fase embrionária, constitui uma mais-valia para o desenvolvimento da Terminologia em Cabo Verde. Esperamos concretizar o projecto com a elaboração e implementação da Base de Dados Terminológica que propusemos no trabalho que agora finda.

## BIBLIOGRAFIA

### Linguística e Terminologia

- ALMEIDA, Licinia (2009), *Prática consular da tradução jurídica Espanhol e Português*, Dissertação de Mestrado, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- ALVAREZ, Rosário & Xosé Xove (2002) *Gramática da Lingua Galega*, Vigo, Editorial Galaxia, S.A.
- BECHARA, Evanildo (2001) *Moderna Gramática Portuguesa*, 37.ª edição, Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- CABRÉ, Teresa (1999), *La Terminología: Representación y Comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Institut Universitari de Lingüística Aplicada Universitat Pompeu Fabra, Barcelona.
- CONCEIÇÃO, Manuel Célio (2005), *Concept, Termes et Reformulations*, Presse Universitaire de Lyon.
- CORNU, Gérard (2005), *Linguistique Juridique*, Paris: Montchrestien EJA, 3 édition.
- COSTA, Rute (2006) «*Plurality of Theoretical Approaches to Terminology*». *Modern Approaches to Terminological Theories and Applications*. Heribert Picht [ed.] Serie: Linguistic Insights. Studies in Language and Communication. Vol.36. Berlin - Bern: Peter Lang Verlag.
- COSTA, Rute. (2006) *Terminology, Corpus Linguistics and Ontology, Contrastive Studies and Valency. Studies in Honor of Hans Ulrich Boas*. Petra C. Steiner, Hans C. Boas. Stefan Scheirholz [Eds.]. Berlin – Bern: Peter Lang Verlag.
- COSTA, Rute & Raquel Alves. 2004. «*The Verb in the Terminological Collocations. A Contribution to the Development of a Morphological Analyser. MorphoComp*», *Proceedings of the IV International Conference on Language Resources and Evaluation - LREC 2004*. Eds. Maria Teresa Lino, Francisca Xavier, Fátima Ferreira, Rute Costa, Raquel Silva. Lisbon: ELRA.

- COSTA, Rute (1993), *Terminologia da economia monetária – relações conceptuais e semânticas numa sistemática terminológica e lexicográfica*. Dissertação de Mestrado, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, Rute. 2001. «*O termo como veículo de especificidades conceptuais e semânticas*», *Polifonia*, UNL, N° 4. Lisboa: Colibri.
- COSTA, R.; SILVA, R.; LINO, M.T. (2004b), «*ExtracTerm: an extractor for Portuguese language*», in *Proceedings of the Workshop on Computational and Computer-Assisted Terminology*. (eds. Rute Costa, Lotte Weilgaard, Raquel Silva, Pierre Auger). Lisbon: ELRA.
- COSTA, Rute. (2003a), «*Constituição de corpora de especialidade*», in *Actas do Encontro da Associação de Linguística Portuguesa*, Lisboa.
- COSTA, Rute. (2001), *Pressupostos teóricos e metodológicos para a extracção automática de unidades terminológicas multilexémicas*, Dissertação de Doutoramento, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, Rute (2006a), “*O ensino da ciência e da tecnologia em Português: uma questão de terminologia*”, in actas do I Congresso Bienal – A língua Portuguesa na CPLP, Viseu, Instituto Piaget.
- COSTA, Rute (2006), *Plurality of Theoretical Approaches to Terminology Modern Approaches to Terminological Theories and Applications*, Heribert Picht [ed.] Serie: Linguistic Insights, Studies in Language and Communication, Vol. 36, Berlin.
- CUNHA e CINTRA (2002), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 17ª edição, Lisboa: Edições João Sá da Costa, Lda.
- CUSIN-BERCHE, Fabienne (2003), *Les mots et leurs context*. Presses Sobornne Nouvelle.
- DECHAMPS, Christina. (2006), *Problemáticas do ensino/aprendizagem das colocações de uma língua de especialidade a um público alófono: o caso do francês jurídico a aprendentes portugueses*, Dissertação de Mestrado, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

- DEPECKER, Loïc (2002), *Entre signe et concept: éléments de terminologie générale*, Presses de la Sorbonne nouvelle, Paris.
- FILHO, S. (2006), *Dicionário Contextual da Toxicodependência: a Polissemia nos Neologismos Técnicos e Científicos*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- GUIMIER, Claude (1997), *Co-texte et calcul du sens*, in actes de la table ronde tenue à Caen, Presse Universitaires de Caen.
- HEITOR, Olga. (2006), *E-dicionário de especialidade: a fraseologia denominativa*, Dissertação de Mestrado, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- LERAT, Pierre (1995), *Les langues spécialisées*. Presse universitaire de France, Paris.
- LEIRIA, ISABEL (2001), *Léxico, aquisição e ensino do Português Europeu língua não materna*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- L'HOMME, Marie-Claude (2004), *La Terminologie: Principes et techniques*. Les Presse de Université Montréal.
- LINO, M. T. (2000), *Terminologia e Indústrias das Línguas*, VII Simpósio Ibero-Americano de Terminologia, Terminologia e Indústrias de Línguas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- LINO, Maria Teresa (2005) *Langues de spécialité, variantes terminologiques de la langue portugaise – Portugal et Brésil*, Actas do colóquio Esta Terra Brasileira, Université Luminière Lyon 2, Maio 2005.
- LINO, Maria Teresa (1991), *Um projecto em Terminodidáctica*, Actas do Encontro do Programa *ERCI*, Lisboa, Universidade Aberta.
- MAINGUENEAU, Dominique (1998), *Analyser les textes de communication*. Paris, Dunod



- MATEUS et all. (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, 7ª edição, Lisboa: Editorial Caminho, SA, Lisboa.
- MARRAFA, Palmira & Maria Antónia Mota (1999), *Linguística Computacional, Investigação Fundamental e Aplicações*, Lisboa, Edições Colibri/ APL.
- NAM, Jee-Sum et all. (1997), *La description syntaxique des adjectifs pour les traitements informatiques*, Langages (n°126), Larrousse, Paris.
- PIMENTEL, Janine (2007), *O comportamento do verbo constituir em contexto de especialidade*. Dissertação de Mestrado, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- RASTIER, François (2002) *Enjeux épistémologique de la linguistique de corpus*, 2ème Journées de Linguistique de Corpus, Lorient.
- RIEGEL, Martin & Jean-Christophe Pellat & René Riuol (1994). *Grammaire méthodique du français*. Paris: PUF.
- ROCHE, Christophe (2005), *Terminologie et ontologie*, in *La terminologie: nature et enjeux*, Langages, n° 157, Larrousse.
- RONDEAU, G. (1984), *Introduction à la Terminologie*, Montréal, Gaëtan Morin Éditeur, Paris.
- SAGER, Juan C. (1990), *A practical course in terminology processing*. John Benjamins publishing company, Amsterdam/Philadelphia.
- SILVA, Raquel & Rute Costa & Fátima Ferreira (2004). « *Entre langue générale et langue de spécialité. Une question de collocations* », *Étude de Linguistique Appliquée – ELA*. Paris : Didier Érudition.

## Direito

- ANDRADE, Manuel A. Domingues (1993), *Noções Elementares de Processo Civil*. Coimbra Editora, Limitada.
- ASCENÇÃO, José de Oliveira (1995), *O Direito – Introdução e teoria Geral. Uma perspectiva Luso-Brazileira*. Livraria Almedina, Coimbra.
- Código Civil e Legislação Complementar (2000), Ministério da Justiça, República de Cabo Verde.
- FREITAS, José Lebre (1996), *Introdução ao Processo Civil, Conceito e Princípios Gerais à luz do código revisto*. Coimbra Editora.
- FREITAS, José Lebre (2000), *A Acção Declarativa Comum à Luz do código revisto*. Coimbra Editora.
- FREITAS, José Lebre (2004), *A Acção Executiva depois da reforma*. Coimbra Editora, 4ª edição.
- JUSTO, A. (2001), *Introdução ao Estudo do Direito*, Coimbra, Coimbra Editora.
- LATORRE, Angel (1997), *Introdução ao direito*. Coimbra: Livraria Almedina.
- MARQUES, J. Dias (1994), *Introdução ao estudo do direito*. Lisboa: Edição Pedro Ferreira.
- SOUSA, Marcelo Rebelo e Sofia GAIVÃO (1998), *Introdução ao estudo do direito*. Mira Sintra – Mem Martins: Publicações Europa – América.
- TELLES; Inocêncio Gaivão (1997), *Introdução ao estudo do direito*. Lisboa: A.A.F.D.L.

## Dicionários

- Dicionário Electrónico Houaiss da Língua Portuguesa, CD-ROM, Editora Objectiva Ltda.
- Dicionário Jurídico Electrónico, CD-ROM, Jurinfor turbotex 2000
- Dicionário da Língua Portuguesa (2000), 8ª edição, Porto Editora.
- Dicionário de Termos Linguísticos (Volume I), Lisboa, Edições Cosmos.
- FERNANDES, Francisco (1995), *Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjectivos*, 23ª ed., São Paulo, Editora Globo S.A.
- FERNANDES, Francisco (1993), *Dicionário de Verbos e Regimes*, 39ª ed., São Paulo, Editora Globo S.A.
- Larousse Enciclopédia Moderna (2009), Círculo de Leitores, SA e Editions Larouse.
- LEITÃO, Helder Martins (1997), *Dicionário de Processo Civil*. Almeida & Leitão, LDA.
- MELLO, Maria Chaves (2002), *Dicionário Jurídico – Português-Inglês / Inglês-Português*, 3ª ed., Lisboa, Dinalivro.
- PRATA, Ana (2008), *Dicionário Jurídico, Direito Civil, Direito Processual Civil, Organização Judiciária*, 5ª ed., Coimbra, Almedina.
- PESSÔA, Eduardo (2006), *Dicionário Jurídico – Terminologia e Locuções Latinas*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Editora e Livraria Jurídica do Rio de Janeiro.

## Sítios da internet consultados

- <http://iate.europa.eu> (consultado em 21/04/10 -23:30)
- [www.terminalf.net](http://www.terminalf.net) (consultado em 20/07/09 – 17:00)
- <http://www.odireito.com.mo/actualidade/anos-anteriores/2-2004/27-um-novo-processo-penal-para-cabo-verde.html> (consultado em 27/09/09 - 21:14)

- [http://www.mj.gov.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=354&Itemid=2,%20o](http://www.mj.gov.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=354&Itemid=2,%20o) (consultado em 27/09/09 – 19:50)
- <http://www.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-dualidade-linguistica-no-jornalismo.pdf> (consultado em 25/01/09 - 15:15)
- <http://www.stj.pt/nsrepo/geral/cptlp/Portugal/CodigoProcessoCivil.pdf> (consultado em 30/02/08 - 15:32)
- <http://www.unipiaget.cv/pdf/cursos/dirm.pdf> (consultado em 27/02/08)
- <http://www.lextra.uji.es/papers/2006/Torres06.pdf> (consultado em 15/02/09 - 20:34)
- [http://www.ritem.net/revista/n\\_2/paiva.pdf](http://www.ritem.net/revista/n_2/paiva.pdf) (consultado em 15/02/09 - 20:40)
- [http://www.facape.br/anderson/ied2/DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA COMPREENSAO SOCIAL.pdf](http://www.facape.br/anderson/ied2/DESAFIOS_E_PERSPECTIVAS_DA_COMPREENSAO_SOCIAL.pdf) (consultado em 11/02/09 - 18:00)
- <http://www.stj.pt/nsrepo/geral/cptlp/Portugal/CodigoProcessoCivil.pdf> (consultado em 30/02/08 - 17:08)